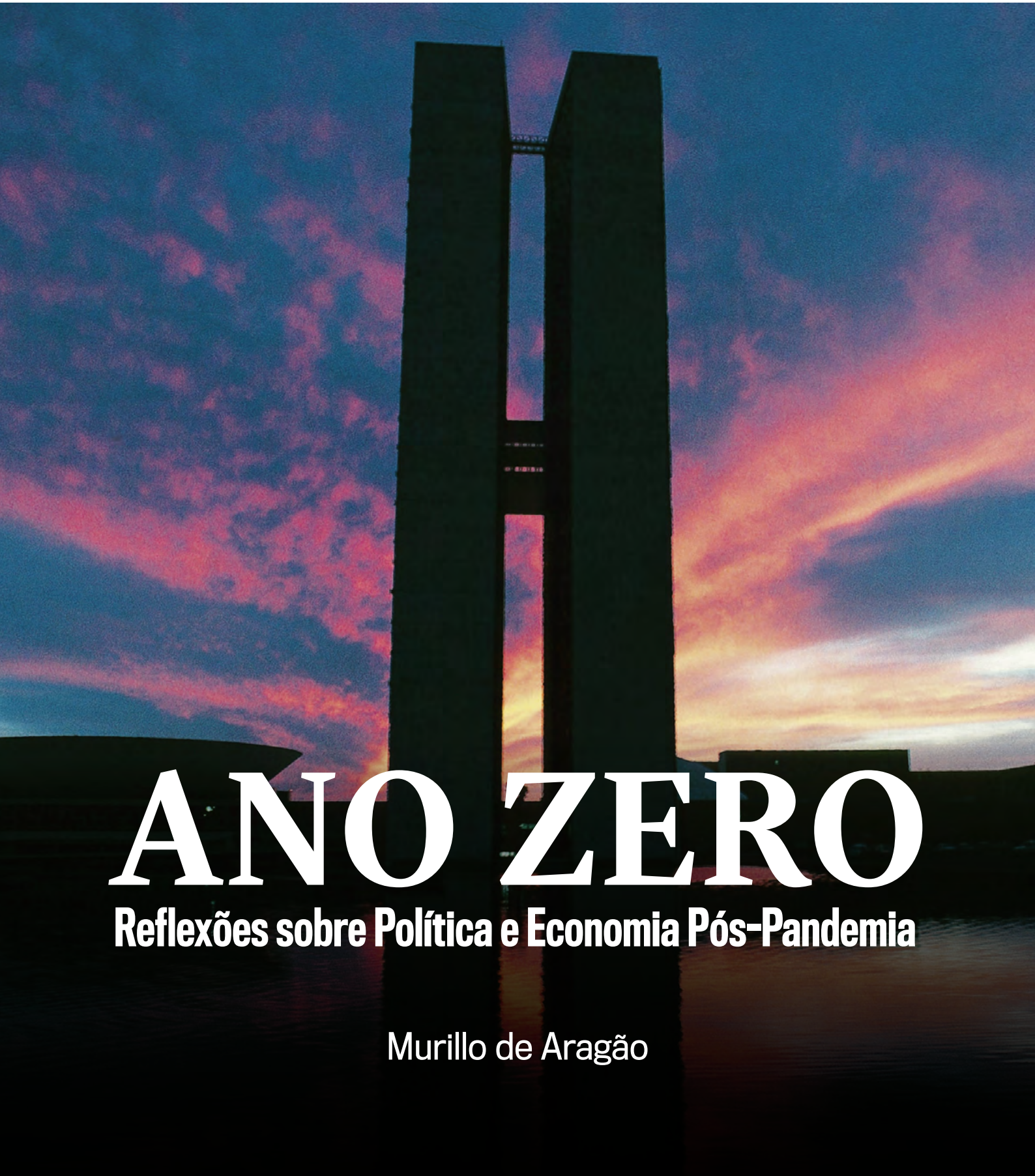
veja insights



ANO ZERO

Reflexões sobre Política e Economia Pós-Pandemia

Murillo de Aragão

Apresentação

Um traço marcante de **VEJA** é o conteúdo analítico das reportagens. Desde o primeiro exemplar da revista, lançado em setembro de 1968, procuramos trazer subsídios para que os nossos leitores se posicionem diante dos acontecimentos e formem opinião sobre uma ampla variedade de assuntos. Tal peculiaridade é parte de nosso DNA, que, além de ser evidente nas reportagens e artigos publicados na edição impressa, está presente nos textos, vídeos e podcasts veiculados em nosso site e em nossas plataformas digitais.

Em tempos de turbulência como o que vivemos, entendemos que informação confiável, de qualidade e isenta é essencial. É nesse sentido que lançamos uma plataforma de conteúdo digital, a **VEJA INSIGHTS**. Nela, os leitores, que já estão habituados a nossas abordagens jornalísticas, encontrarão estudos em profundidade sobre temas específicos em áreas como política, economia, educação e tecnologia.

E, para isso, contaremos com a parceria de instituições e pesquisadores de renome na elaboração de relatórios, vídeos e teleconferências — conteúdo produzido com a mesma abordagem direta, simples e de qualidade que há mais de cinquenta anos faz parte da vida dos brasileiros.

Sobre o autor

Murillo de Aragão, advogado, cientista político, professor, mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília, é fundador e CEO da Arko Advice — Pesquisas e Análise Política e professor adjunto da Columbia University.

ANO ZERO

Reflexões sobre Política e Economia Pós-Pandemia

Sumário

Prefácio 4
Nada Será Como Antes Amanhã 6
Pandemia e Problemas do Século XX 15
A Era do Banco Imobiliário 22
Política e Pandemia 28
Fundamentos e Premissas da Retomada 42
A Reinvenção da Política 53
Ano Zero 62
Notas 67

veja insights

Prefácio

Um livro necessário

Carlos Ayres Britto

Mais um livro de Murillo de Aragão vem à tona. Vem a público nesta quadra existencial-planetária tão inquietante quanto instigante. Mas um livro que vem a lume para o máximo proveito de quem tiver a oportunidade de lê-lo, por efeito, primeiro, da intrínseca relevância dos temas nele enfeixados; depois, da consistência analítica de quem os selecionou e escreveu.

Explico. O livro reúne temas que têm tudo a ver com a qualidade de vida e até mesmo com a sobrevivência física de cada indivíduo e de cada coletividade humana. Daqui do Brasil e de qualquer país do mundo. Por ilustração, o caráter transnacional da presente epidemia do coronavírus e os meios científicos do seu enfrentamento. O impacto econômico-social de tal crise sanitária global e as perspectivas de sua superação em cada Estado soberano. Mais brasileiramente, o tema das características centrais das duas coisas juntas: a epidemia em si e suas projeções tanto econômico-sociais quanto políticas. Políticas, sim, a partir do princípio republicano da independência e harmonia dos poderes e do princípio federativo da autonomia e cooperação (esse último bem mais por implicitude do que por explicitude) que vige nas quatro unidades federadas da União, dos estados e municípios e do Distrito Federal. Princípios republicano e federativo que não podem deixar de operar como base de legitimação de toda e qualquer política pública nativa, em especial as de conteúdo sanitário, trabalhista, empregatício (trabalho como gênero e emprego como espécie), previdenciário, creditício, tributário e administrativo.

Já no plano da superlativa qualidade pessoal do autor do livro, cuida-se do chamado *escritor de mão-cheia*. De pessoa natural que mantém com o vernáculo um elo do mais intimista ou visceral pertencimento. Para o que muito concorre sua multitudinária formação acadêmica e profissional nas áreas do direito, da ciência política e da sociologia. À que ainda se adiciona um claro domínio das coordenadas mentais da economia e do jornalismo, também a responder pela visão esférica de que ele, Murillo de Aragão, sempre dá sobejas demonstrações. Visão que não é senão a *pegada* holística de quem vê *Muito Além do Jardim*, para recordar o encantador filme que, no fim dos anos 70 do século passado, Peter Sellers e Shirley MacLaine inesquecivelmente protagonizaram.

Como se todas essas virtudes já não fossem o bastante, o autor imprime ao livro, que tenho o gosto e a honra de apresentar, o seu mais sólido compromisso com a democracia. A

democracia como o princípio dos princípios da nossa Constituição de 1988. O princípio-continente de que tudo o mais é conteúdo, seja no plano dos institutos jurídicos, seja no plano das instituições de compostura igualmente jurídica. Encontrando sempre no itinerário mental de suas abalizadas críticas e também de suas consistentes projeções futuristas um espaço de luz para a superação dos males de que presentemente estamos a padecer com mais crueza. A partir da ignomínia em que sempre se traduziu a falta de compatibilidade entre um país comprovadamente rico e largas porções dos seus habitantes comprovadamente pobres ou de fratura existencial exposta.

Seja como for, eis aqui um livro que precisava mesmo vir a lume. Um livro que não tem como se queixar de seu autor. Bem ao contrário, que só tem motivos para orgulhosamente agradecer a quem o pôs no mundo. Os dois juntos, então, como que a riscar do mapa do tempo a distância entre o alemão Albert Einstein e o brasileiro Fernando Sabino para nos dizer, com o primeiro, que "É preciso encontrar oportunidades nas dificuldades mesmas"; com o segundo, que é preciso "fazer da queda um passo de dança".

Brasília, 4 de junho de 2020

Carlos Ayres Britto, poeta, é mestre e doutor em direito constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Também assim, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Internacional de Direito e Economia. Presidiu o STF, o CNJ e o TSE.

LYUBOV IVANOVA/ISTOCK/GETTYIMAGE

Nada Será Como Antes Amanhã

"A melhor forma de prever o futuro é criá-lo."
Peter Drucker

Em 27 de janeiro de 2020, postei em meu blog em VEJA On-Line as seguintes informações sobre a disseminação do novo coronavírus em Wuhan, na China, onde esse vírus foi detectado pela primeira vez, provocando a epidemia da doença Covid-19: a) o governo de Wuhan demorou a reconhecer a proporção da epidemia; b) a Organização Mundial da Saúde reconheceu que avaliou mal a extensão do problema; e c) mais de 5 milhões de pessoas saíram da província quando a epidemia já estava em curso. No dia anterior ao da minha postagem, 81 pessoas teriam morrido infectadas pelo vírus. No texto, eu me perguntava qual seria o número real de infectados e afirmava que o mundo ainda viveria semanas de muita incerteza sobre a real extensão do fenômeno.

Em 31 de janeiro, voltei ao tema em minha coluna semanal na versão impressa da revista. Munido de mais dados, fiz comparações com a gripe espanhola e revelei minha preocupação com a possibilidade de o novo coronavírus chegar com intensidade ao Brasil. Eu dizia que a gravidade decorria de quatro fatores. O primeiro referia-se à facilidade de contágio — por tosse, espirro e aperto de mão —, característica que se potencializaria, por exemplo, com o uso de transportes públicos. O segundo fator dizia respeito ao contágio por meio de hábitos

alimentares e de higiene, o que implicaria mudanças de costumes. O terceiro fator tinha a ver com a escala do problema em termos populacionais em face do país de origem. Já o quarto se referia à relevância da China no mundo e o impacto da doença nas relações globais.

Mesmo ciente da epidemia, ainda não era possível vislumbrar o cenário que se desenvolveria nos meses seguintes nem a dimensão do baque que a doença causaria sobre a saúde pública e a economia no Brasil. Em fevereiro, em contato com a equipe econômica do governo, recolhi a informação de que a perda no crescimento econômico seria pequena e facilmente recuperável no segundo semestre. A equipe se baseava em análises anteriores relacionadas às epidemias de gripe aviária e de H1N1.

A crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus já é e será muito pior que as decorrentes das epidemias anteriores. Um texto da XP Investimentos publicado em 11 de março listava os pontos em comum e as diferenças, a partir de uma perspectiva brasileira:

Pontos em comum:

- *Instabilidade gerada por grande movimento no exterior. Em 1997-98, crise asiática e crise russa, atualmente, coronavírus e petróleo;*
- *Fuga de capitais investidos em mercados emergentes e corrida por ativos seguros ("flight to safety");*
- *Desvalorização do real frente ao dólar;*
- *Risco de agravamento da dívida externa (que não parece ser o caso ou, pelo menos, não de forma tão imediata).*

Pontos diferentes:

- *Atualmente, as taxas de juros estão baixas, com a inflação controlada;*
- *Os instrumentos fiscais são limitados, devido ao alto endividamento no mundo.*

O informe da XP Investimentos finalizava de forma otimista, ao afirmar que:

- *Não existem até agora indícios de deterioração da atividade econômica nacional (o mercado de trabalho vinha se recuperando de forma gradual, assim como os principais setores da economia — indústria, serviços e comércio);*
- *Dessa forma, todos os condicionantes apontam para uma crise passageira e de curto prazo. A dúvida principal é: até que ponto a deterioração das expectativas vai impactar as condições domésticas? Veremos isso nos dados dos próximos meses.*

No mesmo dia 11 de março, os ministros Luiz Henrique Mandetta (Saúde) e Paulo Guedes (Economia) mandavam uma mensagem diferente aos congressistas. De acordo com os ministros, a situação que iríamos enfrentar seria grave e com repercussões amplas na saúde pública e na economia. A visão otimista da XP e de muitos outros não se concretizou, ainda que o final da história esteja para ser escrito.

De março até o fim de abril, a situação se agravou. Em 19 de abril, o jornal *O Estado de S. Paulo* informava que 91 milhões de brasileiros deixaram de pagar pelo menos uma conta referente ao mês de março. O levantamento havia sido realizado pelo Instituto Locomotiva, entre 13 e 14 de abril, com 1 131 pessoas.

Após três meses do despertar para o tamanho do problema, temos certeza de que estamos longe do fim e de que as consequências serão acachapantes. Até que, um belo dia, a pandemia do novo coronavírus deve acabar. Seja porque encontramos uma vacina, seja porque o tratamento ficou banal, podendo ser adquirido na farmácia da esquina. As pessoas voltarão às ruas e os transportes públicos ficarão lotados. Irão ao cinema e aos jogos de futebol. As praias ficarão cheias nos fins de semana. Tomara que sim.

Mas será que tudo voltará mesmo ao normal? E será que o que era considerado normal antes continuará a ser depois? Uma crise que não sabemos como acabará nos leva a outra certeza: a de que, no fim das contas, nada será como antes. Marcas ficarão nas famílias que perderam os seus. Profissionais da saúde se sacrificaram para cuidar dos doentes, assim como tantos outros trabalharam correndo riscos. Fora isso, já temos milhões de desempregados e de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Como medida emergencial, cerca de 75 milhões de brasileiros vão ganhar ajuda mensal de 600 reais ao longo de três meses, um alívio temporário em meio ao caos, que está afetando particularmente os mais vulneráveis e os trabalhadores informais. E todos sabemos que esse valor é um paliativo para uma situação que poderá piorar intensamente. Como enfrentar o que vem por aí?

Não se trata de pergunta fácil. Sabemos que, por enquanto, a era da austeridade acabou. Viveremos tempos de "banco imobiliário", com o governo distribuindo dinheiro com a mão aberta. Justo por isso temos de ter cuidado com as escolhas a ser feitas. Investimentos em infraestrutura terão de ser priorizados, de forma urgente e obrigatória, para evitar a explosão do desemprego. O bom é que precisamos muito de ferrovias, hidrelétricas,

estradas, hospitais, escolas, portos e habitação. E temos capacidade técnica para construir tudo isso. Precisamos sanear e urbanizar as favelas e as comunidades carentes, só assim empregaremos milhões de brasileiros.

LUIS ALVARENGA/GETTYIMAGES

Fila para o auxílio emergencial na Caixa

Teremos de reduzir a desigualdade social e o Estado terá de funcionar de forma mais eficiente e menos onerosa. Os brasileiros descobriram, afinal, quanto precisam do Sistema Único de Saúde. Vale lembrar o que disse o primeiro-ministro inglês Boris Johnson quando deixou o hospital, curado da Covid-19: o sistema público de saúde do Reino Unido é o coração pulsante da nação. O Brasil tem de cuidar do nosso coração pulsante.

Já que gastar será inevitável, que o Brasil gaste bem em saúde e segurança pública, educação e infraestrutura. E não com altos salários ou mordomias. A política deve entender que a tolerância do brasileiro será ainda menor diante de escolhas erradas. O destino do Brasil será o que merecemos. E o que merecemos será decidido por nossas escolhas.

O Brasil perdeu tempo para começar a combater a pandemia. Tanto por não crer que o problema seria tão grave quanto pela irritante insistência em politizar o assunto. Perdemos oportunidades de equipar a saúde pública, que está fazendo trabalho excepcional com os

parcos recursos que tem. Demoramos a fechar nosso espaço aéreo. Até março, voos da Itália chegavam ao Brasil normalmente e, com eles, o fluxo de potenciais contaminados num período em que aquele país já iniciava seu pico de contaminação.

NASTASIC

Jean de La Fontaine

Devemos considerar, também, que o fim da pandemia será o começo de uma longa reconstrução da economia e da política. A má gestão da pandemia poderá agravar as crises dela decorrentes. No século passado, em pouco mais de quatro décadas, ocorreram duas guerras mundiais e, entre elas, o *Crash* de 1929. A humanidade é teimosa. A ocorrência de uma grave crise não significa que outras não surgirão. Daí advém uma certeza: devemos esperar e desejar o melhor, mas estar preparados para o pior. No caso específico do novo coronavírus, vale lembrar a frase de La Fontaine sobre a peste: "Nem todos morriam, mas estavam todos contaminados". Estamos todos contaminados pelos efeitos econômicos, sociais, psicológicos e políticos causados pela crise.

Como esperado, a pandemia do novo coronavírus deflagrou uma série de eventos que, meses antes, seriam considerados absolutamente improváveis. Foi o caso da publicação de um decreto legislativo que, no dia 20 de março de 2020, instituiu o estado de calamidade pública no país, um fato inédito em nossa história política recente. Tanto pelos poderes que são conferidos ao presidente da República quanto pela abrangência nacional da medida.

Os efeitos políticos do decreto foram imediatos. A agenda de reformas estruturais — em especial as reformas tributária e administrativa —, por exemplo, deixou de ser prioritária e foi substituída por medidas de combate à pandemia, como auxílio emergencial para os informais, ajuda a estados e municípios, medidas voltadas para a preservação do emprego, garantia de crédito para empresas e aumento de liquidez. Tudo na contramão da pauta de austeridade fiscal até então preconizada.

Estados e municípios começaram a adotar medidas de isolamento social, causando impacto negativo em suas respectivas arrecadações tributárias. Em consequência, foram

buscar decisões judiciais que permitiriam a suspensão do pagamento de suas dívidas com a União e os bancos públicos. A possibilidade de suspensão do pagamento de dívidas e as medidas de isolamento alimentaram disputas entre União, estados e municípios que terminaram indo parar no Supremo Tribunal Federal. Estão longe de ser concluídas.

No âmbito econômico existia a percepção de que o governo demorou a acordar para o tamanho do problema. Em meados de fevereiro, a equipe econômica achava que o tombo no crescimento do PIB seria pequeno e que o Brasil acabaria crescendo no fim do ano. Em questão de semanas, porém, a percepção mudou. No fim de abril, a situação piorou dramaticamente e o quadro esperado para o final do ano era de recessão com agravamento do déficit fiscal e da dívida pública.

No campo político, as críticas do presidente da República às medidas de isolamento adotadas por estados e municípios colaboraram para acirrar os ânimos. Por discordância de opiniões quanto ao tema, o presidente Jair Bolsonaro demitiu seu popular ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. A decisão causou imensa repercussão, devido ao bom diálogo que o ex-ministro mantinha com os governadores, e foi amplamente criticada pela imprensa.

Considerava-se, com razão, ser pouco prudente trocar de ministro em pleno avanço da pandemia no país. No entanto, além de achar absurda a ideia de impor quarentena, o entorno palaciano acreditava que Mandetta queria faturar politicamente com a superexposição diária no trato da questão, cultivando divergências com o presidente de forma a angariar apoios políticos futuros.

Outra fonte de atrito político relacionou-se ao alcance e ao impacto das medidas fiscais de auxílio a estados e municípios. As divergências sobre o tema geraram uma agressiva entrevista de Bolsonaro à CNN Brasil, em 17 de abril, quando ele atacou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao afirmar: “Eu lamento a posição do Rodrigo Maia, que resolveu assumir o papel do Executivo. Eu respeito ele, mas ele tem de me respeitar”. E acrescentou: “Parece que a intenção é me tirar do governo”.

A entrevista de Bolsonaro ocorreu às vésperas da publicação de uma entrevista de Maia à revista VEJA, no dia 18, na qual o deputado acusou o ministro da Economia, Paulo Guedes, de passar informações falsas sobre as medidas fiscais. Maia acusou também o entorno do presidente de atacar os seus adversários com a viralização de informações inverídicas e ataques morais. Ao contrário do que se esperava em momento de grande

crise, os desentendimentos entre os chefes dos poderes no país — que já ocorriam antes da pandemia — prosseguiram e foram aprofundados.

WALDEMIR BARRETO/AG. SENADO

Votações remotas no Congresso

Em abril, dois outros episódios confirmariam a tendência de aumento de tensão. Um deles foi a participação de Bolsonaro em manifestações de rua que pediam um novo AI-5 e o fechamento do Congresso. Mesmo afirmando não apoiar tal agenda, a simples presença de Bolsonaro ao lado dos manifestantes provocou fortes críticas dos poderes Executivo e Judiciário[1]. Além disso, causou imenso desconforto entre os militares, já que o presidente foi filmado discursando em cima de uma caminhonete em frente ao Comando-Geral do Exército, em Brasília.

O outro episódio relacionou-se à demissão de Sergio Moro, à frente da pasta de Justiça e Segurança Pública. Um dos ministros mais populares do governo e ícone do combate à corrupção, Moro pediu demissão em uma entrevista coletiva em que acusava o presidente de interferir em investigações da Polícia Federal. Tais acusações resultaram em pedidos de CPI no Congresso Nacional e de investigação pela Procuradoria-Geral da República. Já existiam,

em meados de abril, 31 pedidos de impeachment[2] contra o presidente. Porém, com a saída de Moro, a questão ganhou densidade e poderá ter sérios desdobramentos políticos.

Apesar da imensa confusão ao longo da gestão da pandemia e da atitude de permanente confrontação por parte do presidente e de setores que o apoiam, as pesquisas de opinião detectaram baixo desgaste na imagem do governo ao longo desse período. De acordo com levantamento do Datafolha (realizado por telefone no dia 27 de abril com 1 503 pessoas), a avaliação geral do presidente se mostrou estável na comparação com dezembro de 2019. Seu desempenho foi considerado "ruim/péssimo" por 38% das pessoas ouvidas; "bom/ótimo" por 33%; e "regular" por 25%. Em dezembro, eram, respectivamente, 36%, 30% e 32%. Já no início de maio, nova rodada de pesquisa XP/IPESPE anunciava maior desgaste na imagem do presidente.

Essa sucessão de eventos em pouco mais de três meses revela o tamanho do impacto da Covid-19 na vida institucional, política, social e econômica do Brasil, seja pela seriedade dos problemas que traz, seja pela velocidade das transformações que provoca. E, conforme ocorre com todo evento de grande magnitude, estes também vão gerar repercussões duradouras em nossa vida.

Pesquisa da empresa Toluna realizada entre 8 e 10 de maio de 2020, com 1 052 pessoas em todas as regiões do Brasil, dá pistas das mudanças que vêm por aí, mesmo quando tudo voltar ao normal: 62,3% não frequentariam shows; 62% não iriam ao cinema; 57,5% não iriam a academias de ginástica. A pesquisa vai além e mostra que 49,6% farão revisão de crenças e valores. A maioria acredita que o trabalho remoto e a educação a distância vão prosseguir sendo muito relevantes.

O mundo pré-pandemia já vivia um quadro de ruptura radical com o passado. As instituições tinham baixa representatividade, a política estava desmoralizada, a imprensa perdia relevância e as redes sociais dominavam a cena política com resultados consideráveis. O que vem por aí pode potencializar tais rupturas e provocar consequências políticas que, no fim das contas, podem deixar nosso futuro imediato totalmente em aberto. O certo é que nada será como antes.

Ao reunir aqui textos publicados no início de 2020 na minha coluna de VEJA, busquei consolidá-los acrescentando novas reflexões sobre o que pode acontecer e como podemos enfrentar o que vem por aí. Como analista político, meu olhar é político, mas questões sociais

e econômicas também serão abordadas. Na tentativa de observar e interpretar o futuro a partir dos sinais de ontem e de hoje, meu objetivo é identificar e sistematizar os principais desafios que surgirão, lembrando que fazer projeções a partir de suposições já é um desafio. Olhar para o futuro é como viajar à noite, ao volante, por uma estrada que mal conhecemos: é preciso ter atenção redobrada. Os faróis não iluminam todo o percurso, mas devem iluminar o suficiente para vencermos pouco a pouco a escuridão.

O propósito máximo deste livro não é pontificar como enfrentar o que vem por aí, e sim incitar o leitor a refletir sobre o que somos politicamente, o que enfrentamos e o que podemos ser a partir de nossas escolhas. Para tal, abordarei alguns dos fenômenos em curso, como o fim do hiperpresidencialismo, o conflito institucional, a judicialização da política, a "descoberta" do federalismo, os dilemas enfrentados pela política econômica, a renovação da política, as reformas, a questão sucessória e os efeitos da pandemia sobre todos esses fatores.

Engolido pela pandemia, o ano-novo acabou antes de começar, frustrando os planos de crescimento econômico e abalando o cronograma das reformas. Mas, como todo fim propicia um recomeço, 2020 é o ano zero de uma nova época.

Brasília, maio de 2020.

BUDA MENDES/GETTYIMAGES

Pandemia e Problemas do Século XX

"Quanto mais para trás você puder olhar,
mais à frente você provavelmente verá."
Winston Churchill

Em artigo publicado no fim de março de 2020 na revista VEJA, afirmei que "o acaso nos meteu, provavelmente, na maior crise sanitária desde a gripe espanhola e nos pegou desprevenidos para enfrentar o desafio". Meses depois, temos certeza de que se trata da maior crise sanitária da nossa história. E de que, desde a gripe espanhola, que de 1918 a 1920 infectou, provavelmente, 50 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população da época no planeta, nenhum evento de proporção mundial atingiu tão profundamente o Brasil.

Outros momentos históricos, como o *Crash* de 1929 e a crise de Wall Street em 2008, bem como a crise asiática nos anos 90, alcançaram o Brasil. Mas eram, sobretudo, crises financeiras e foram resolvidas no âmbito das contas públicas e do aumento da carga tributária. As guerras mundiais do século passado nos afetaram, mas não de forma tão intensa, apesar da perda de vidas e dos efeitos econômicos. Politicamente, a II Guerra forçou a redemocratização e uma maior participação da sociedade na política.

Já a pandemia do novo coronavírus nos pega carregando ainda uma vasta soma de problemas do século passado que impactaram e vão impactar o seu enfrentamento. Assim, cabe refletir sobre como estávamos antes da crise para podermos olhar para os desafios futuros e decidir como enfrentá-los. Na prática, teremos de reinventar o Brasil a partir dos escombros de um país que ainda estava em construção.

Apesar do avanço relevante na agenda das reformas a partir de 2016, o fato de até hoje estarem pendentes as reformas tributária e administrativa comprova que ainda lidamos com temas remanescentes do século XX. E com muito atraso. Além disso, estamos atrasados por não termos um Banco Central independente, um novo marco regulatório para o saneamento e uma maior segurança jurídica nos processos de concessões e investimentos, entre outras tantas carências, para que o Brasil deslanche o seu potencial econômico e humano.

Em tempo: a questão do saneamento é tema do século XIX que teima em prosseguir em nossa agenda com irritante descaso por parte dos poderes públicos. De acordo com o Instituto Trata Brasil, que estuda problemas relacionados ao assunto, 48% da população brasileira em 2019 não contava com esgoto e cerca de 35 milhões de pessoas não tinham acesso a água tratada. Recursos que poderiam ser direcionados ao saneamento foram gastos com privilégios e mordomias.

CAVAN IMAGES

Saneamento básico

Até bem pouco tempo atrás, financiamos um sistema previdenciário duplo que distinguia o cidadão comum do servidor público. Foram drenados recursos que poderiam atender à cidadania de forma equânime. Antes da aprovação da Reforma Previdenciária, gastávamos seis vezes mais com aposentadorias e pensões do que com educação básica.

Em nossa leniência e omissão, permitimos a existência contumaz e indecente de salários de servidores públicos acima dos tetos constitucionais, com efeito deletério sobre as contas públicas. Além disso, a pandemia nos pegou com uma dívida pública acima dos 4,2 trilhões de reais e uma economia claudicante. Em 2019, fruto de nosso histórico descaso com os gastos públicos, o contribuinte brasileiro pagou "apenas" 330 bilhões de reais em juros da dívida pública, recursos que poderiam gerar planos Marshall em bases anuais. Por outro lado, gastamos apenas 4% do PIB com a saúde pública.

No setor privado estamos lentamente saindo de um sistema pré-capitalista que distribuía privilégios em troca de corrupção por causa de uma relação espúria mantida desde há muito entre inúmeras empresas e o Estado. Não é novidade o que a Operação Lava-Jato desvendou. Por razões históricas, tínhamos uma economia fechada e protecionista que só vinha se abrindo aos poucos para o mundo.

No campo político, o sistema herdado do século XX é caótico. Até a eclosão da Lava-Jato, contávamos com um sistema partidário crescentemente fragmentado que estimulava uma relação nada republicana entre o Poder Executivo e o Congresso. O quadro melhorou um pouco, mas está longe do ideal. Temos partidos políticos de mais e ideologia de menos. Alguns partidos parecem funcionar na linha dos "pequenos partidos, grandes negócios" — a ponto de o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, ter declarado que os sistemas eleitoral e partidário no Brasil são indutores de criminalidade.

O Executivo, por seu lado, trouxe do século passado um hiperpresidencialismo imperial em que o presidente controlava a execução do Orçamento e mais da metade do sistema financeiro, podendo empregar quase 30 000 pessoas em cargos de confiança, além de poder legislar por medidas provisórias. Com poderes de mais, criou-se um sistema de troca de favores que construiu um presidencialismo de coalizão distorcido e com amplas possibilidades de ocorrência de corrupção.

O federalismo previsto na Constituição era mitigado pelo poder discricionário do Executivo em mandar verbas para estados e municípios ao bel-prazer e, ainda, por uma

injusta distribuição de tributos e contribuições. Para piorar, o sistema de controle e prevenção de corrupção sobre gastos de estados e municípios sempre foi precário. Operações Lava-Jato diversas poderiam, com facilidade, ocorrer nas esferas municipais e estaduais em todo o país, a fim de apurar fabulosos desvios de verba pública.

CRISTIANO MARIZ

Supremo Tribunal Federal

Na eclosão da pandemia do novo coronavírus, o choque de competências e a fragilidade funcional do nosso federalismo entre governo federal, governos estaduais e prefeituras ficaram amplamente evidenciados e demandaram a arbitragem do Supremo Tribunal Federal. Em especial, no tocante à abertura do comércio e às regras de isolamento social. Mas a distorção federalista no Brasil é profunda. Temos de redistribuir recursos e responsabilidades de forma mais equilibrada.

Como deficiência de nossa educação, há no país um baixíssimo índice de leitura. Em 2016, o brasileiro lia per capita menos de cinco livros por ano. Estimava-se ainda que apenas metade da população lia livros regularmente. A circulação de jornais e revistas já se apresentava decrescente e as assinaturas desses veículos no mundo digital ainda não atingiram dados expressivos. Na TV paga já tivemos mais de 20 milhões de assinantes, e hoje não chegamos

a 17 milhões. Talvez o número de usuários do sistema seja maior devido à pirataria. Na mídia imprensa, no entanto, não há pirataria para inflar os dados. Uma população que lê pouco entende menos ainda o que se passa no país e no mundo.

Antes da pandemia, as *fake news* já eram um problema. Apesar de o debate sobre o tema ter sido relativamente intenso nos últimos anos, tratamos da questão de forma parcial. Em 2017, apurei que nos doze meses anteriores haviam sido produzidos mais de 11 milhões de notícias no Brasil e 7 bilhões de postagens no Twitter. Quantas dessas notícias eram falsas, imprecisas ou ligeiramente deturpadas? Não sabemos. Provavelmente, a maioria esmagadora era verídica, mas o dano social de informações inverídicas é terrível. Em tempos de pandemia, a circulação de informações falsas sobre tratamentos e remédios pode ter um impacto letal na sociedade. Como tratar da questão de forma objetiva?

Em razão da não solução de desafios passados, o Brasil vem evoluindo com o freio de mão puxado. Xenofobia, intervencionismo estatal, burocracia, corrupção e corporativismo se abrigaram em um nebuloso arcabouço nacionalista-esquerdista que andou predominando no imaginário político. Apenas após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, conseguimos destravar a agenda. Mesmo assim, avançamos a passos de jabuti.

Como o futuro não espera, ele vai arrombando as portas e nos deixa para trás com nossas agendas do passado nas mãos. E, para atender à agenda do passado, temos quase 2 milhões de bacharéis em direito para tempos digitais. No entanto, não temos engenheiros e matemáticos para os desafios do presente. E, se não temos profissionais suficientes para a agenda de agora, imaginem para a do futuro!

Parte significativa do atual contingente de desempregados não tem empregabilidade na economia de hoje e dificilmente conseguirá espaço na economia do futuro. E esse quadro tende a se agravar devido ao baixo investimento em educação e em pesquisas no país. Se não mudarmos rapidamente essa realidade, muitos continuarão dependendo de políticas assistencialistas do governo.

De um lado, milhões de empregos serão extintos devido ao uso intensivo da inteligência artificial. O Banco Mundial calcula que 800 milhões de postos de trabalho deixarão de existir no mundo até 2030. De outro lado, a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) estima que em 2024 teremos um déficit de mão de obra qualificada para o setor em cerca de 50% da oferta.

Estamos entre a cruz e a espada: extinção de empregos por causa da tecnologia e carência de profissionais para lidar com os novos tempos.

Estudos do Banco Mundial, exaustivamente divulgados no Brasil sem que tenham causado resultado prático, mostram que nosso país é um dos piores para investidores. Em 2019, apenas para as empresas pagarem seus impostos eram consumidas mais de 1 500 horas de trabalho, o equivalente a 62 dias de jornada. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o gasto com o pagamento de impostos equivale a 10% do que gastam as empresas brasileiras. É uma insanidade que ocorre nas barbas da sociedade sem nenhuma contraofensiva por parte dos poderes públicos.

A situação poderia ser pior se não tivesse havido, além do ciclo de reformas iniciado em 2016, um processo de reformas institucionais implementado na esteira do escândalo do mensalão, dos protestos de 2013 e da Lava-Jato, em 2014. Tais reformas, pela ordem, foram a Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010, que limitou a presença de criminosos na política; a nova Lei Anticorrupção, de 2013, que favoreceu os resultados da Lava-Jato; o fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais; e a aprovação do teto de gastos para candidatos. Todas as medidas tomadas foram saneadoras do sistema político, embora muito ainda tenha de ser feito para que o sistema deixe de ser indutor da criminalidade.

CRISTIANO MARIZ

O ministro Luís Roberto Barroso

No campo econômico, entre 2016 e 2019, foram aprovadas reformas profundas que terão impacto positivo na retomada. Destaco a reforma trabalhista, a Lei da Terceirização, a Reforma Previdenciária, a nova Lei das Estatais, a nova Lei das Telecomunicações, o fortalecimento das práticas de *compliance*. Diante do passivo de aperfeiçoamentos, o avanço foi relevante. Mas o que se apresenta exige muito mais.

Com bem pontuou o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, em seu artigo "E se fizéssemos diferente?"[3], sobre a pandemia: "Tem se falado que, depois da crise, haverá um novo normal. E se não voltássemos ao normal? E se fizéssemos diferente?". Não voltaremos ao normal e teremos de fazer diferente. Claramente, teremos de fazer diferente, já que não estávamos fazendo o certo e por isso teremos desafios adicionais. E, se não os enfrentarmos de forma adequada, a estabilidade do sistema estará comprometida e o Brasil poderá viver um grave retrocesso institucional, com o enfraquecimento das práticas democráticas.

Posta, de forma breve e sumária, uma visão sobre o Brasil pré-pandemia, vamos prosseguir em nossa jornada, que, de alguma forma, lembra o título de um livro de Graham Greene: *Jornada sem Mapas*. Pois cada crise é uma crise, e a saída desta demandará soluções únicas, ainda que a história seja sempre uma fonte de experiências fracassadas e exitosas. Mas, para o Brasil, que sempre foi poupado de tragédias mundiais, a experiência de enfrentar a crise do novo coronavírus é ímpar e se impõe, provavelmente, como o maior desafio de nossa existência.

MASATOMO KURIYA/CORBIS

A Era do Banco Imobiliário

"Money, get away
Get a good job with good pay and you're okay."
Roger Waters

As decisões econômicas sempre refletem opções políticas, ainda que amparadas em teorias e fundamentações científicas. Ao fim e ao cabo, o governante decide o que fazer e, em uma democracia representativa, sua decisão é uma expressão política. Desde a redemocratização no Brasil, o Congresso e a equipe econômica têm disputado *policies* que, no final das contas, resultaram em soluções — queda da inflação, reservas robustas e, mais recentemente, juros mais "civilizados". E em problemas, em especial o crescente gasto público e a distribuição de privilégios para funcionários públicos.

Agora, a pandemia provocada pelo novo coronavírus nos impõe reflexões complexas que, se bem conduzidas, podem propor caminhos não apenas para o combate do problema em si, mas também para a solução das sequelas que restarão sobre o nosso já desequilibrado sistema econômico. Temos de pensar em, pelo menos, três dimensões de tempo: a crise de hoje, a saída da crise e as sequelas que precisaremos superar ao sairmos da crise.

Para muitos, os reflexos dessa pandemia deverão ser bem mais amplos que os decorrentes de outras crises que aconteceram neste século. No episódio de 11 de setembro de 2001, por exemplo, quando os ataques terroristas destruíram as Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova York, os impactos foram significativos. Os ataques às bolsas americanas, o que não acontecia desde a II Guerra, exigiram resgate financeiro das companhias aéreas, injeção de centenas de bilhões de dólares por parte do governo na economia e incremento astronômico no orçamento militar, além de longos conflitos no Iraque e no Afeganistão.

Todos sabem que os colapsos econômicos são evitados com injeção maciça de dinheiro na economia. Até hoje não há exemplo de crise de certa magnitude contornada sem consistentes injeções de recursos públicos. O Plano Marshall de recuperação da Europa pós-II Guerra custou aos americanos cerca de 150 bilhões de dólares em valores de hoje. Imprimiu-se dinheiro à larga para salvar povos e países. Do que vamos precisar para salvar a economia no Brasil pode ser muito mais que o calculado para criar o Plano Marshall. Será que teremos de imprimir dinheiro, usar reservas e abandonar princípios de austeridade para voltar a tê-los?

SIMON DAWSON/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

O economista Nouriel Roubini, professor da New York University

Em texto publicado em 20 de abril passado, o economista americano Nouriel Roubini[4] anunciou a possibilidade de o mundo viver uma grande depressão econômica nos anos 2020. Sua previsão se baseava nas seguintes tendências: aumento explosivo da dívida pública; onda de calotes e falências; impactos na Previdência Social devido ao aumento dos gastos na saúde pública; deflação a partir da redução do consumo; desemprego em massa; degradação *(debasement)* do valor das moedas; ampliação da disrupção digital; desglobalização, com o consequente crescimento do nacionalismo e do isolacionismo econômico; fortalecimento do populismo; intensificação da Guerra Fria entre Estados Unidos e China; consequências ambientais e sanitárias da pandemia.

Ainda em abril, o Fundo Monetário Internacional estimou que a economia global deve encolher 3% no segundo trimestre de 2020 e que, no fim do ano, 170 países perderão renda per capita. Na mesma linha de Roubini, o bilionário americano Ray Dalio[5], que lidera um dos maiores fundos de investimento do mundo, o Bridgewater Associates, acredita que a crise econômica advinda da pandemia será pior que a depressão causada pelo *Crash* de Wall Street, em 1929, quando o desemprego abrangeu 25% da mão de obra nos Estados Unidos e a economia encolheu mais de 30%.

No início de uma pandemia, como esperado, os governos jogam muito dinheiro na economia. Nos Estados Unidos, apenas o pacote inicial de enfrentamento da crise, já aprovado pelo Congresso, custará 5 trilhões de dólares. Na Europa, no começo de abril, 500 bilhões de euros estavam previstos para que os países-membros pudessem enfrentar o baque. O que preside as decisões nos Estados Unidos e na Europa é o fato de que o dinheiro e os ativos de nada valerão se a economia entrar em colapso. E o perigo é real e imediato: o PIB americano no primeiro trimestre de 2020 caiu 4,8%!

Em tempos de tragédias, os princípios ortodoxos da economia são deixados de lado. O dinheiro se transforma no que realmente é: papel pintado, como as notas do jogo Banco Imobiliário, versão brasileira do mundialmente popular Monopoly. As decisões passam a ser orientadas pela lei da sobrevivência. Não apenas das pessoas, mas das empresas, que fazem a economia funcionar. É um tempo sombrio, com decisões graves que podem repercutir muito — bem ou mal — em nosso futuro. Mas como pensar no amanhã se estamos sendo tragados pelo hoje? É o nosso dilema. A pandemia derrubou o tabuleiro do Banco Imobiliário, misturou as cartas e o dinheiro dos jogadores. Os governos

deverão reorganizar o jogo. E não somente distribuindo dinheiro aos participantes para evitar o colapso.

O Brasil, então firmemente embarcado em uma agenda de austeridade fiscal, já anunciou que gastará, pelo menos, 5% do PIB no enfrentamento da crise. No começo de maio, o governo já havia desembolsado 60 bilhões de reais em razão da disseminação da Covid-19, e a expectativa era gastar mais 253 bilhões de reais, de acordo com levantamento realizado pela Arko Advice. Havia a certeza, porém, de que gastariam, no mínimo, mais 250 bilhões de reais.

Entre as vítimas das quais teremos de cuidar como nação não estarão apenas os desempregados gerados pela pandemia, mas também os mais de 11 milhões que já estavam desempregados antes da chegada do vírus ao país. Imaginem se ultrapassarmos a casa dos 20 milhões. O potencial explosivo do desemprego sobre a segurança pública pode tornar as grandes cidades mais inseguras e derrubar ainda mais o consumo, jogando milhões de volta para um patamar inferior à linha da pobreza. Nos Estados Unidos, estimava-se, nos primeiros dias de abril, que apenas 85% dos demitidos pelo varejo seriam recontratados após o fim da crise. A retomada do emprego é sempre muito mais lenta que a curva do desemprego.

No Brasil, no fim de março de 2020 os sinais eram preocupantes. Além do mencionado atraso dos pagamentos, o desemprego já tinha subido de 11,7%, em janeiro, para 13,1%, em março. Antes mesmo do agravamento da crise sanitária, 61 milhões de brasileiros já estavam negativados no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). A economia, em abril, ainda não estava desorganizada, mas a demora em sair do isolamento social pode nos levar rapidamente para uma situação recessiva. E mesmo que retornemos, em breve, ao convívio social, a atividade econômica só lentamente pegará impulso.

Além das dificuldades apresentadas pela conjuntura, a pandemia nos alcança, de acordo com matéria publicada na revista EXAME[6] sobre os bancos brasileiros muito expostos em suas carteiras de crédito para pessoas físicas e pequenas e médias empresas em relação a anos anteriores. Dados obtidos pela publicação apontam um crescimento de 5% na oferta de crédito pelos três maiores bancos privados do país e pelo Banco do Brasil entre 2015 e 2019. Tal fato pode ser limitador da oferta de crédito em tempos de retomada. Sem uma ação decisiva por parte do sistema financeiro público e do Tesouro, faltará crédito para pessoas físicas, mas também para as empresas. E não haverá retomada sem crédito.

Como evitar o caos? Existem hoje algumas áreas críticas que vão impor abordagens estratégicas que o Brasil há muito não está acostumado a adotar. Brasileiros, de modo geral, vivem como se não houvesse amanhã. Não fazemos poupança nem planos de previdência privada. Não gostamos de pagar seguros. Acreditamos que o amanhã sempre será melhor e que a Deus pertence. E, pertencendo a Deus, nada de ruim pode nos acontecer. A história da humanidade ensina que não é bem assim.

No Brasil, é certo que a crise paralisará por um bom tempo a dinâmica de setores importantes, caso do turismo, do comércio de rua e dos shopping centers, entre outros. Mas o pior é que a queda do consumo gera uma séria aversão ao risco, que, por sua vez, reduz o ímpeto dos investidores, terminando com um efeito cascata de desaceleração. Tal situação demandará não apenas ações efetivas, mas também ações de comunicação. Até agora, as narrativas oficiais são confusas e revelam falta de convicção.

CRISTIANO MARIZ

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

Diante do quadro que se apresenta, concluímos o óbvio: a crise demandará investimentos gigantescos para evitar que a economia pare e aumente o drama social brasileiro. Provavelmente, o futuro desenhado por Roubini não se concretizará em sua totalidade, mas

alguns dos efeitos previstos por ele são mais do que evidentes e apontam, pelo menos, para um período de recessão.

Se a grande depressão prevista por Roubini e Dalio acontecer, o Brasil terá de se reinventar. Se ocorrer "apenas" uma grande recessão, teremos igualmente de nos reinventar, o que coloca sobre os ombros de nossas lideranças públicas e privadas um desafio de proporções épicas. E, pelo menos até agora, elas não pareceram estar preparadas para enfrentá-lo. Ainda em meio ao início da pandemia, temo que a situação irá piorar muito antes de começar a ter condições de melhorar. Mas, em se tratando de Brasil, tudo é possível. Roberto Campos dizia que o Brasil não perde a oportunidade de perder uma boa oportunidade. Tomara que não seja assim.

Por outro lado, o futuro é mais do que incerto e imperfeito perante as previsões. O escritor líbano-americano Nassim Nicholas Taleb[7] ensina que algumas coisas se beneficiam dos impactos e crescem quando expostas à volatilidade, ao acaso, à desordem e aos agentes estressores. Pelo menos três desafios no âmbito econômico são postos diante dos brasileiros neste momento. O primeiro deles é reduzir os efeitos da crise imediatamente. O segundo é encontrar um modo de sair dela. E o terceiro é saber aproveitar as oportunidades que a crise oferece.

Paradoxalmente, o Brasil pode crescer institucional e economicamente com a crise, a partir do bom enfrentamento das questões estruturais que temos hoje e dos novos desafios que se apresentarão com a pandemia. Parece muito complicado, mas é o que temos hoje para vencermos o amanhã.

MARCOS CORRÊA/PR

Política e Pandemia

"A pobreza é parente da revolução e do crime."
Aristóteles

Todos os eventos capitais, caso da pandemia que enfrentamos, acabam gerando algum tipo de consequência sobre a dinâmica da política. O exemplo mais marcante dos últimos tempos no Brasil foi a Operação Lava-Jato, deflagrada em março de 2014, que destruiu o capitalismo de laços existente no país, redesenhou as regras do sistema eleitoral, aprofundou o desejo de renovação política por parte da população, atingindo a elite política, e, no limite, propiciou as condições psicossociais para a eleição, em 2018, de um *outsider* à Presidência da República. Foram resultados extraordinários de um único grande evento.

Indago se a pandemia de Covid-19 causaria efeitos políticos importantes no Brasil. E o que vemos é que isso já vem ocorrendo desde o seu surgimento no país. Um exemplo desse efeito foi o acirramento das disputas federalistas entre o governo central e os estados. Outro exemplo foi a guinada radical promovida na política econômica, desgastando a relação do Legislativo com a equipe econômica. No campo prático, as votações em plenário deixaram de ser presenciais e passaram a ser realizadas on-line, com o uso de aplicativos. A pandemia afetará também as eleições municipais de outubro, quando se tornarão vetores relevantes

para os eleitores a eficiência, ou não, do combate à pandemia na esfera municipal e a sensação térmica quanto ao meio ambiente da economia. Vale dizer que, cercados pelas consequências da pandemia, os brasileiros estarão com um olho no município e o outro na conjuntura.

Nas eleições gerais de 2022, a questão deve se mostrar mais complexa, pois não haverá temas municipais mediando a agenda nacional. Provavelmente teremos um pleito cujo vetor principal será a qualidade da saída da crise econômica desencadeada pela pandemia. Sabendo disso, potenciais interessados no cargo de presidente da República já se movimentam, mostrando que certos embates motivados pela propagação do coronavírus embasam plataformas eleitorais. Até mesmo a renúncia de Sergio Moro[8] do cargo de ministro da Justiça e da Segurança Pública, em 24 de abril, sugere um movimento eleitoral. Assim, a Covid-19 engoliu 2020 e acelerou a corrida presidencial.

Como o eixo da política no Brasil é a Presidência, as eleições de 2022 podem estar sendo decididas pelas medidas tomadas agora pelo presidente Jair Bolsonaro. Tal reflexão nos leva a algumas conclusões: o ano está economicamente perdido e o governo terá de acelerar suas ações para se manter competitivo, caso queira apostar em uma reeleição — ações que sejam positivas no campo político, com a ampliação de sua base de sustentação, e no campo econômico, gerando crescimento e evitando a recessão.

Ainda em abril, em meio à pandemia, o governo ganhou popularidade entre setores de baixa renda devido a certas iniciativas, compensando, de início, o desgaste com a renúncia de Moro. A corrida eleitoral, no entanto, está apenas começando. E num cenário tão complexo que, já no começo de maio, indicava duas mudanças de rumo por parte do Palácio do Planalto: a construção de uma base de sustentação com figuras e partidos que integram o que o presidente chama de "velha política"; e a adoção de iniciativas anticíclicas que devem ser postas em prática para evitar a estagnação da economia.

Com uma base política consistente, Bolsonaro poderia evitar as armadilhas dos pedidos de impeachment[9] e minimizar pautas-bomba de cunho fiscal. Com a economia voltando a funcionar, poderia manter-se popular. São desafios que demandam sofisticada capacidade de planejamento e implementação, além de uma melhora substancial na comunicação do governo. A superação ou não desses obstáculos pode definir o cenário eleitoral para 2022. Apesar das dúvidas e do tempo que falta para as eleições, a disputa já está em curso e todos os que pretendem entrar no páreo sabem disso.

Afora o cenário eleitoral, que poderá ser definido pelas consequências da pandemia, devemos observar outras possíveis repercussões. É o que faremos a seguir, a partir de reflexões sobre temas que considero essenciais nesse debate.

A tentação populista

Tempos sombrios são tempos de grandes narrativas. Embora o presidente Bolsonaro adote narrativas agressivas, elas nem sempre são eminentemente populistas. Isso porque, por tradição, o populismo não combina com medidas austeras e/ou reformistas, como as que têm sido adotadas desde o início de sua gestão. A crise, porém, muda o software econômico e abre a possibilidade de os auxílios emergenciais se transformarem em práticas populistas perenes.

É certo que o aumento dos programas de distribuição de renda para pobres e vulneráveis poderá ter efeitos políticos importantes. A segmentação por renda da pesquisa Datafolha divulgada no fim de abril e logo após a renúncia ao governo do ministro Sergio Moro, herói nacional da Operação Lava-Jato, mostrava que a popularidade do presidente Jair Bolsonaro cresceu nos estratos sociais de menor renda. Por outro lado, Bolsonaro perdeu capital político nos segmentos de renda mais elevada. Provavelmente junto ao público lavajatista.

Entre os entrevistados com renda mensal de até dois salários mínimos, a popularidade de Bolsonaro cresceu 8 pontos porcentuais entre dezembro de 2019 e abril deste ano. Tendência similar ocorreu entre os trabalhadores informais com renda de até três salários mínimos. Nesse público, a avaliação positiva de Bolsonaro também cresceu 8 pontos.

Além da ajuda emergencial para os setores economicamente mais vulneráveis, contribuirá para o aumento da popularidade de Bolsonaro nesses segmentos a defesa que o presidente faz em favor da flexibilização do isolamento social.

Com a cartilha da austeridade descartada e a agenda de reformas em compasso de espera, ao menos em 2020 o gasto público aumentará, com a execução de projetos de impacto popular e de programas de apoio social. Em uma sociedade pobre e desigual, a distribuição de benefícios como Bolsa Família, auxílio emergencial e seguro-desemprego, a antecipação de 13º salário para pensionistas e aposentados e as liberações periódicas de saques do FGTS e do PIS-Pasep podem representar um choque político de peso, levando

à tentação de manter-se popular a qualquer preço — o que não apenas é uma ameaça ao equilíbrio na disputa eleitoral como também estimula a deterioração das contas públicas, entre outros desvios.

Não há aqui uma crítica a um eventual sucesso de políticas públicas de amplo alcance social. Em momento de crise econômica, devemos, sim, cuidar dos mais vulneráveis. A questão que aponto como risco é a transformação do que é emergencial e circunstancial em uma relação de dependência política que pode nos trazer medidas paliativas para encobrir problemas de fundo da nação. Já existem pressões para prolongar o auxílio emergencial, tanto por motivações econômicas quanto pelos benefícios que ele pode trazer.

A exacerbação nacionalista

OLI SCARFF/AFP

Saída do Reino Unido da União Europeia

A decisão unilateral da Argentina de se retirar das negociações de acordos comerciais do Mercosul, anunciada em abril, durante a pandemia, foi o sintoma mais próximo de nós do fortalecimento do nacionalismo e da descrença no multilateralismo. Não se trata de

fenômeno novo. As políticas do presidente americano Donald Trump não se afinam com os organismos internacionais e se mostram antiglobalistas[10] desde o início do seu governo, em 2017. O mesmo sentimento impulsionou a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia ao longo do processo conhecido como Brexit, aprovado em plebiscito em 2016.

Desde 2019, o Brasil de Bolsonaro alinhou-se aos Estados Unidos, adotando uma narrativa antiglobalista e autonomista. Em sua posse como ministro das Relações Exteriores, em 1º de janeiro de 2019, no Palácio do Itamaraty, Ernesto Araújo fez um contundente discurso afirmando que "aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito de guardar suas fronteiras". Ele mencionou Israel, Estados Unidos, Itália e Hungria como países que valorizam o patriotismo e o nacionalismo. E finalizou declarando que o problema do mundo não é a xenofobia, "mas a *oikophobia*, que é odiar o próprio lar, o próprio povo, tripudiar sobre a própria nação".

Em artigo publicado recentemente[11], o especialista americano em assuntos internacionais Stephen Walt diz que a pandemia fortalecerá o Estado e o nacionalismo em razão dos poderes emergenciais que os governos ganharão para combater a disseminação da doença. Por isso, para o autor e professor da Harvard Kennedy School of Government, a Covid-19 criará um mundo "menos aberto, menos próspero e menos livre".

Voltando ao passado, o fim da I Guerra Mundial trouxe um desejo de maior autonomia industrial que poderia ser considerado uma espécie de nacionalismo econômico. A dependência ora verificada de insumos do exterior e a dificuldade de acesso a eles, em decorrência da crise, já provocam pensamentos de que devemos atuar para reduzir esse tipo de dependência — é o caso, por exemplo, da indústria farmacêutica e de produtos hospitalares. Poderemos ver ressuscitado certo nacionalismo econômico. Não creio nessa possibilidade, mas devemos levá-la em consideração. Como o abandono das prerrogativas nacionais em prol de decisões de foros multilaterais nunca se realizou de forma intensa, salvo, e parcialmente, no Mercosul, o eventual fortalecimento do nacionalismo no Brasil será submetido a algumas circunstâncias. Basicamente, às necessidades de nosso comércio internacional e à dinâmica dos organismos internacionais, que, já debilitados desde antes da crise, terão de se reinventar para retomar seu prestígio. Para um país como o nosso, que busca maior inserção comercial no mundo, tal fato poderá nos trazer dilemas. Abrir ou fechar? Abrir o que e fechar o quê? O xadrez das relações comerciais entre países será

mais complexo e nos colocará no centro de disputas sérias como a guerra comercial entre China e Estados Unidos.

Uma nova política externa

Com a pandemia, pelo menos duas outras tendências devem ser consideradas. Uma aponta um impacto positivo nas relações internacionais pelo fato de a Covid-19 demandar cooperação na busca de soluções para combatê-la. Isso é identificado pelo estudioso de relações internacionais Nikolas Gvosdev[12], professor da U.S. Naval War College (EUA), como "realismo comunitário", em que a intensificação dessa cooperação é orientada por respostas a ameaças comuns.

A outra tendência aponta para uma corrida das superpotências, em especial de Estados Unidos e China, intensificando uma Guerra Fria originada recentemente em disputas comerciais e que deve ganhar outra dimensão no pós-pandemia. As duas tendências não são excludentes e dependerão, em escala e intensidade, das circunstâncias de cada país, de sua inserção na geopolítica, do comércio internacional e do contexto mundial, bem como do tempo que levar a busca por uma resposta eficaz contra a doença.

Para uns, é certo que as relações internacionais não serão mais as mesmas após a pandemia. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) — que não reuniu o seu Conselho de Segurança para tratar da Covid-19 — e a Organização Mundial da Saúde (OMS) — que deu respostas tímidas no início da pandemia —, terão de ser reinventados para evitar seu esvaziamento.

O Brasil precisará tomar decisões importantes no âmbito do "triângulo amoroso" que está vivendo com os Estados Unidos (devido a afinidades ideológicas e relações financeiras) e com a China (em razão de nossas exportações). Tais decisões já se relacionam com temas emergenciais, como a definição do padrão tecnológico do 5G, novo sistema de telefonia celular. Está em curso uma disputa entre fabricantes ocidentais e a chinesa Huawei, com íntimas relações com o governo daquele país.

O quadro que se apresenta neste início de pandemia é de que a política externa do Brasil será submetida a intensa pressão devido aos eventos da cena internacional, seja pelos aspectos mencionados, seja pelos desdobramentos que estão por vir. É o caso da necessidade

de obter milhões de doses de vacina contra o coronavírus quando ela estiver disponível. O país que conseguir produzi-las ganhará prestígio em nível global.

O retorno do clientelismo

A Operação Lava-Jato conseguiu conter, em boa parte, a corrupção que alimentava as relações entre setores do empresariado e políticos. Mas não acabou com a relação às vezes promíscua entre políticos e governo quanto à prática do clientelismo: favores políticos em troca de verbas e cargos. Existe uma linha tênue entre o que é nocivo e o que é adesão sincera a um projeto político. Como no Brasil ideologia e programas raramente presidem as decisões políticas, a ocupação de espaços no governo e a distribuição de benesses acabam sendo nocivas ao funcionamento da máquina pública e ao interesse da cidadania.

O governo Bolsonaro buscou impor uma linha "anticlientelística" de ação política e renegou o chamado presidencialismo de coalizão. Abriu seu governo para apoiadores de sua agenda, como evangélicos e porta-vozes do agronegócio e da segurança pública. Não funcionou. O Congresso, sem uma base governista, criou uma maioria autônoma que ora apoiava, ora se opunha à agenda governamental. Mesmo antes da pandemia, o presidente já dava sinais de que entraria em negociações com partidos visando a engendrar uma base mais perene e sustentável. O processo estava em marcha no início de maio e ganhava relevância para Bolsonaro diante da possibilidade, ainda que remota, de se iniciarem debates em torno de pedidos de impeachment contra ele no Congresso.

Sem entrar no mérito das intenções do governo e sem levar em conta se as práticas políticas decorrentes dessas intenções seriam adequadas ou não, vale lembrar que um eventual retorno do clientelismo envolveria: a) quadros não capacitados que podem ser nomeados por razões políticas; b) verbas públicas que podem ser utilizadas em razão de interesses paroquiais ou não republicanos; c) a possibilidade de a corrupção voltar a imperar nas relações entre o Estado e o setor privado. Potencialmente, tal situação pode provocar conflitos na base do governo à medida que — e se — ocorrerem práticas que contrariem o ideário de Bolsonaro e da base que o elegeu.

A força das redes sociais

ISTOCK

A pandemia agravou o problema das *fake news*

Parece óbvio falar da força das redes sociais. Mas elas serão um instrumento ainda mais forte politicamente de agora em diante. Em outubro de 2019, de acordo com estudo[13] realizado pela MindMiners, empresa de pesquisa digital, e pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), divulgado pela revista *Meio & Mensagem*, as redes sociais eram o veículo preferencial de 80% dos entrevistados para acompanhar as notícias. A TV aberta vinha em segundo lugar, com 68%.

Antes mesmo da pandemia, as redes sociais já tinham assumido a liderança como fonte de informação para a população. Com o isolamento social imposto como medida sanitária de combate ao coronavírus, intensificou-se o seu uso. Três indícios apontam nessa direção. O Facebook enfrentou problemas em seus servidores para mantê-los estáveis, em razão do exponencial aumento de usuários. O WhatsApp, preocupado com a disseminação de notícias inverídicas, limitou o encaminhamento de mensagens a fim de dirimir a propagação de *fake news*. Em abril, o Instagram

anunciou o aumento em 70% na ocorrência de *lives* em seu aplicativo. A confirmação foi atestada entre 14 e 24 de março pela consultoria Kantar, com dados de mais de 25 000 pessoas, mostrando que Facebook, WhatsApp e Instagram tiveram um crescimento de uso de cerca de 40%.

Mesmo com o fim da pandemia, é razoável esperar que — salvo a ocorrência de outro fenômeno — o uso das redes sociais se manterá elevado, devido aos hábitos adquiridos no período de confinamento, à intensificação da polarização política e, ainda, ao debate sobre as repercussões da crise econômica no pós-pandemia. Esse último aspecto se agravará ou não dependendo da eficiência das medidas adotadas de recuperação econômica. Por conseguinte, o debate político, que já movimenta parte expressiva dos posts nas redes sociais, deve se potencializar, inclusive pela dificuldade de se regular o uso político dessas ferramentas em período de campanha eleitoral.

A guerra corporativista

Devemos entender o corporativismo, no contexto que abordamos, como a defesa de interesses de classes profissionais dos setores público e privado. Historicamente, o Brasil sempre beneficiou categorias profissionais, a ponto de criar dois sistemas de Previdência Social: um para funcionários públicos, com baixa contribuição e aposentadorias integrais; e o outro para trabalhadores da iniciativa privada, com contribuições altas e pensões pequenas. O embate em torno da Reforma Previdenciária em 2019 trouxe à tona tal discrepância, que, finalmente, foi corrigida. Pelos menos em parte.

No início de maio, quando o Congresso debatia o Plano de Auxílio para Estados e Municípios, o governo central exigiu que estados e municípios congelassem, por dezoito meses, os salários do funcionalismo público. A medida foi aprovada com exceções que, no fim das contas, reduziram a economia potencial prevista. A força das corporações impôs derrotas à equipe econômica, que não queria exceção sobretudo por causa do gasto adicional que os entes federativos agora estão sendo obrigados a fazer para combater o avanço da pandemia.

O poder das corporações e a prevalência do interesse específico sobre o interesse público ficaram evidentes. A praga do corporativismo é antiga em nosso país e é responsável por privilégios e desperdício de recursos que raramente resultam em serviços públicos de

qualidade. Ao menos três vetores apontam para a intensificação de embates em favor da manutenção de privilégios e até da obtenção de novos: expansão dos gastos públicos, maior intervenção do Estado na economia e eventual avanço de reformas, como a tributária e a administrativa, com a volta do tema à pauta legislativa.

O poder das *fake news*

Apesar do interesse do Congresso e do Tribunal Superior Eleitoral de enfrentar a disseminação das *fake news*, o Brasil trata esse desafio de forma lenta e parcial. Diferentemente de outros países, não estamos aparelhados para combater o fenômeno. Em 2017, apurei que nos doze meses anteriores haviam sido produzidos mais de 11 milhões de notícias no Brasil e 7 bilhões de postagens no Twitter. Quantas dessas notícias eram falsas, imprecisas ou ligeiramente deturpadas? Não sabemos. Decerto, a maioria esmagadora de tais informações era verídica, mas o dano social da veiculação de informações inverídicas é avassalador.

A pandemia reforça as tendências negativas que cercam o tema. Como decorrência da força crescente das redes sociais, veremos o aumento do fluxo das *fake news*. O que já era um problema se transformará, ao longo da pandemia, em uma "desinfodemia", com a circulação mundial de mensagens falsas sobre a Covid-19. No Reino Unido, por exemplo, pesquisa da Open Knowledge Foundation[14], veiculada em 5 de maio de 2020 pelo *The Guardian*, mostra que 51% da população teve acesso a *fake news* sobre o coronavírus, incluindo notas que visavam a desacreditar autoridades sanitárias.

Por que o pessimismo com relação à questão no Brasil? Inexistem meios eficazes de punição para quem divulga notícias falsas. As redes sociais deveriam contar com métodos para identificar os que postam mensagens em suas plataformas e, ainda, responsabilizá-los por seu conteúdo. Contudo, rejeitam essa ideia de forma veemente. Mesmo com o empenho de autoridades policiais e judiciárias que, aqui e ali, conseguem algum êxito nesse front, há certa demora em agir devido à ausência de meios.

Outra questão é o fato de as redes sociais alegarem que seus servidores não estão no Brasil e, com isso, não seriam alcançáveis pela lei brasileira. O tema já foi bastante discutido e qualquer tentativa de criminalizar quem hospeda as *fake news* é descartada. Há ainda a

questão educacional. O Brasil não é instruído o suficiente para saber discernir fonte confiável de fonte não confiável. Tal fato se torna mais grave quando está em curso uma campanha para desmoralizar a imprensa que pode ser uma espécie de antídoto às *fake news*. A educação midiática também é uma resposta que deveria ser priorizada pela sociedade e pelo mundo político.

Como, infelizmente, estamos longe de tratar do assunto com a devida seriedade, o impulso que as falsas informações ganharam com o maior uso das redes sociais nos tempos da pandemia, a já existente polarização do debate político, a ausência de meios legais adequados de combate e a quase inexistência de iniciativas de educação midiática apontam para um cenário preocupante.

O desejo de renovação

Com um nível de reeleição abaixo de 50%, a Câmara dos Deputados eleita em 2018 apresentou o maior índice de renovação desde 1998. O fenômeno foi impulsionado pela atuação da Operação Lava-Jato, que despertou o desejo de muitos de se organizar tendo em vista a participação na política. A renovação se deu tanto dentro do establishment político, que, a cada ciclo eleitoral, produz candidatos que nunca ocuparam cargos mas são ligados a grupos políticos, quanto dentro dos mais de doze movimentos de participação política organizados antes das eleições (caso de Raps, RenovaBR, Agora!, Acredito, Vote Nelas, MBL, Brasil 21, entre outros).

Tais movimentos sociais se articularam para estimular candidaturas de lideranças não pertencentes ao establishment político tradicional. Apenas no movimento RenovaBR, que formou 120 candidatos, dezesseis deputados federais foram eleitos, a maioria ligada ao Partido Novo. Ainda que a renovação pura — entendida como a promovida pela eleição de lideranças totalmente desvinculadas da política tradicional — não tenha sido tão expressiva, o impacto qualitativo foi significativo. E deve prosseguir assim no próximo ciclo eleitoral. Parte importante dos movimentos ainda está ativa e deve apoiar candidatos nas eleições municipais de 2020 e nas gerais de 2022.

O sentimento anti-establishment político continua intenso, alimentado pelas narrativas confrontacionais do governo Bolsonaro e pelo elevado descrédito da população na classe

política. A questão sobressai quando, por exemplo, a classe política reluta em transferir os fundos partidários e eleitorais para o combate à Covid-19, gerando críticas e até manifestações que exigem o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Por linhas certas e tortas, o desejo de renovação continuará a existir e a enfrentar as barreiras de acesso que o meio político impõe aos que defendem renovação.

A democracia ameaçada

FREDERICK FLORIN/AFP

O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán discursando no Parlamento Europeu

As narrativas de setores que apoiam o governo levantam dúvidas sobre o futuro da nossa democracia. Repetidas manifestações, antes mesmo da pandemia, pediam a volta dos militares ao poder, além do fechamento do Congresso e do Supremo. Tais narrativas foram e são inflamadas nas redes sociais e, dada a sua virulência, levaram à abertura de investigações na Suprema Corte.

A declaração de estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, decretada em 20 de março, despertou a desconfiança em alguns de que poderíamos caminhar para o

estado de sítio e que tal situação poderia, eventualmente, nos levar a um estado de exceção, com restrição das franquias democráticas. Teorias da conspiração como a ora mencionada ganharam corpo com o mau exemplo vindo da Hungria, onde, em março, devido à pandemia, o primeiro-ministro Viktor Orbán obteve poderes extraordinários com apoio do Parlamento por tempo ilimitado, o que gerou a suspeita de que seu movimento, de inspiração ultradireitista, poderia levar à perpetuação das exceções.

A ameaça à democracia no Brasil também é estimulada por episódios como o vídeo em que o então secretário da Cultura, Roberto Alvim, em um pastiche de Joseph Goebbels, o guru da propaganda nazista, propunha uma "arte brasileira heroica e nacional". Alvim foi demitido sumariamente em janeiro por Bolsonaro, mas o mau exemplo contaminou as avaliações sobre o apreço à democracia pelo governo.

Minha crença é que, mesmo com rompantes autoritários por parcela da sociedade e por parte do governo, um retrocesso político — salvo evento extraordinário — parece improvável. Um golpe de Estado pressupõe forças desejosas de executá-lo. Nossas Forças Armadas não desejam embarcar em uma aventura golpista, por apreço à Constituição ou pela completa ausência de interesse. E aqui vale lembrar que, em 1964, a sociedade civil e as instituições em peso apoiaram o movimento que derrubou o governo de João Goulart. Tais condições não se repetiriam agora. Em entrevista à revista VEJA, o ministro do STF Luís Roberto Barroso afirmou que "o germe do golpe não existe mais no Brasil". Em abril, em *lives* promovidas pela Arko Advice, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, reafirmaram enfaticamente o compromisso do governo com a democracia.

Por outro lado, talvez seja prematuro dizer que a democracia no Brasil sairá fortalecida dessa pandemia. Poderemos ter, pela frente, algum debate sobre a possibilidade de impeachment do presidente Bolsonaro, que, dadas as circunstâncias, pode ser algo tumultuado que funcionará como mais um teste sobre a solidez de nossas instituições.

A pandemia exacerbou a disputa federalista acerca de limites e competências entre União, estados e municípios. Importa destacar, porém, que os conflitos federalistas e a judicialização da política são sintomas de distorções em nosso regime, mas fazem parte do processo de amadurecimento institucional. Os conflitos federalistas revelam desconhecimento dos limites de competência de cada esfera do poder. Já a judicialização

excessiva aponta a existência de lacunas e contradições nos marcos legais e regulatórios do país. Desde que os conflitos se mantenham dentro dos limites institucionais e venham a ser arbitrados pela Suprema Corte ou sanados por decisão legislativa, serão apenas parte das dores de crescimento de uma jovem democracia.

***

A política vai mudar no pós-pandemia. Certamente não na intensidade e no alcance de que gostaríamos. O Brasil, como de hábito, voltará a fazer reformas políticas. No entanto, a predominância do establishment sobre os recursos eleitorais e partidários, salvo interferência do Judiciário, continuará a representar — por um tempo — uma barreira a uma ampla renovação da política nacional. Contudo, conforme mencionei, o Judiciário continuará a ser um fator decisivo para a renovação dos costumes políticos da nação, o que sinaliza que teremos pela frente novos conflitos institucionais entre os três poderes. Vivemos um período de acomodação das placas tectônicas de nossas instituições e a pandemia agudizou esse processo. O tema específico dos conflitos entre os poderes será examinado adiante.

BETTMANN/GETTYIMAGES

Fundamentos e Premissas da Retomada

"Economia é realmente política disfarçada."
Hazel Henderson

A crise sanitária causada pelo novo coronavírus deflagrou no mundo uma crise econômica muito mais complexa que a crise financeira de 2008 e, potencialmente, semelhante ao *Crash* de 1929. Com repercussões potenciais sistêmicas mais sérias que os eventos mundiais do século passado. O economista francês Bernard Gazier[15], na introdução de seu livro sobre a crise de 1929, usou o verso de La Fontaine, citado também aqui anteriormente, para explicar o alcance do desafio que se apresentava: "Nem todos morriam, mas todos estavam contaminados." Uma crise financeira pode ser amenizada com injeção de recursos públicos no sistema financeiro. Já uma crise econômica não, pois gera repercussões na sociedade como um todo, ou seja, na organização do trabalho, na cultura, na educação etc. Daí termos de pensar de forma mais abrangente sobre o desafio que enfrentaremos para promover a retomada de nossa economia. Em especial, diante do que trazemos como passivo do século XX — nossas fragilidades de antes da pandemia —, além dos novos desafios impostos pelas circunstâncias.

Com o agravamento da pandemia, são muitas as dúvidas sobre como o Brasil sairá da crise. É natural, temos um governo confuso, um conflito institucional em curso entre os

poderes e os entes federativos, questões históricas de desigualdade social e dilemas a respeito de como mudar o software da economia. O que fazer? Em meio às incertezas, devemos olhar para os fundamentos do país e ir um pouco além da espuma dos embates políticos e da polarização reinante, a fim de vislumbrar o que pode influir positivamente na busca da saída para a crise. Alguns aspectos da cena institucional brasileira merecem ser considerados, já que podem ser decisivos no processo de recuperação do país.

Analisando o passado e o presente, proponho uma reflexão sobre os fundamentos que identifico no Brasil e sobre algumas premissas para a retomada econômica. Propositadamente, usei a frase da futurista britânica Hazel Henderson na epígrafe deste texto como provocação, já que me aventuro em searas alheias à minha formação. Mas, como a economia resulta de decisões de natureza política, no final das contas quem decide tudo é a política. E fora da política não há salvação.

Comecemos pelos fundamentos. Na área político-institucional, houve avanços no combate à corrupção que não apenas geraram mudanças nas regras eleitorais, como também reforçaram a cultura de *compliance* no país. As leis anticorrupção foram aprimoradas e, por causa dos embates públicos contra o crime, a participação da sociedade na política se ampliou, chegando a estimular um processo de renovação na política, ainda em curso, mas vigoroso. A questão teve ampla repercussão no funcionamento da economia no país.

A Operação Lava-Jato desmontou o capitalismo de compadrio que presidia as decisões em torno das grandes obras públicas e das compras governamentais, distorcendo as condições de competitividade empresarial e o sistema político, por meio de financiamentos de partidos. No âmbito do Congresso Nacional, o Brasil — como nenhum outro país atualmente — está implementando reformas legislativas e constitucionais importantes que servirão de alavanca para a retomada. Iniciado em 2016, esse ciclo aperfeiçoou a legislação trabalhista e setores como óleo e gás, telecomunicações, energia, concessões e privatizações, entre outros.

Apesar de ruídos e conflitos, comuns em uma democracia em evolução, os três poderes estão funcionando de forma independente. E, mais importante, tendo a Constituição como norte, mesmo quando não há completa harmonia. Nesse sentido, a recorrência à Justiça para decidir temas de natureza política — conhecida como judicialização[16] — às vezes causa instabilidade, no entanto mostra que existe liberdade para se pleitear a arbitragem do Judiciário em temas relevantes. E, não raro, a ação do Judiciário termina reparando desvios e imprecisões.

Na economia, alguns pilares sobressaem na estrutura econômica do país. Temos um sistema financeiro sadio e com excelente governança, embora concentrado. Mas ele já estava em transformação na cena pré-crise, com o fenômeno da desbancarização[17], que, entre outros fatores, provocou a expansão do crédito. A gestão responsável e eficiente da política monetária levou a uma significativa queda na taxa de juros. E, mesmo que os juros voltem a subir em decorrência da crise, provavelmente jamais voltarão, no curto prazo, aos patamares anteriores.

Vale destacar que o sistema financeiro nacional é um dos menos alavancados do mundo, o que pode permitir a continuidade do processo de expansão da oferta de crédito. No campo da dívida interna, por mais que ela tenha peso e possa beirar os 100% do PIB, quase 90% do seu valor é financiado por brasileiros e deve continuar assim. O brasileiro confia no Brasil. E esse aspecto é mais do que essencial para a retomada. Temos reservas expressivas em moeda forte que servem de lastro para atravessarmos a crise e podem ser usadas como garantia para investimentos. No setor externo, nossas exportações certamente provocarão saldos positivos na balança comercial, já que o mundo, mesmo neste momento de tensão, prossegue comprando nossas commodities.

Destaco o fato de o Brasil ser, tradicionalmente, um dos cinco destinos top de investimentos estrangeiros diretos[18]. Mesmo que ocorra uma forte retração devido à pandemia, o fluxo deve se restabelecer gradualmente. Em especial, porque o programa de concessões e privatizações em andamento tende a ser mantido. Poucos países têm um programa de concessões[19] e privatizações no pipeline como o Brasil. É uma vantagem comparativa essencial em tempos de escassa rentabilidade e liquidez relevante.

As premissas que colocarei a seguir para reflexão partem de dois pressupostos básicos. O primeiro é que temos de enfrentar a crise, sob pena de a nossa economia ser destruída e, com ela, milhões de empregos. A crise de 1929 nos Estados Unidos provocou o desemprego de 25% da população economicamente ativa. O desemprego somente baixou para 10% com o início da II Guerra Mundial. Em 1933, o então presidente, Franklin Roosevelt, implantou um programa de recuperação econômica, o New Deal, que organizou e promoveu iniciativas em várias áreas. Teremos também, de forma mandatória, de organizar nossos esforços com ações, narrativas e capacidade de entrega de forma consistente para evitar o pior.

O segundo pressuposto é o de que devemos partir para a retomada tendo em mente o enfrentamento das necessidades históricas de nosso povo. O Brasil tem um imenso déficit com a sociedade nas áreas de saúde pública, habitação, urbanização e infraestrutura, que representam oportunidades de emprego e de investimento. A retomada do crescimento econômico deve considerar o enfrentamento firme e decidido da crise e o ataque às nossas deficiências históricas.

BETTMANN/GETTYIMAGES

Winston Churchill

Vamos às premissas com as quais, por extensão, pretendo provocar raciocínios e conclusões. No início de seus *Ensaios*, Montaigne[20] disse, para justificar que o que ele escreveria ali seria de sua autoria e inteira responsabilidade: "Se fosse para buscar os favores do mundo, teria me enfeitado de belezas emprestadas". O que apresento como premissas, ainda que inspirado nas lições de outras crises e na observação da política, resulta de minhas reflexões, que representam, principalmente, uma tentativa de encontrar alternativas neste momento crítico de nossa história. Para Winston Churchill, em tempos de crise e de riscos de depressão econômica, a coragem é a condição primeira para começar a pensar e propor caminhos. É o que tento fazer a seguir. Para isso, a meu ver, a primeira premissa é a de que devemos cuidar dos mais vulneráveis e das vítimas da pandemia. Parece óbvio, mas às

vezes o óbvio fica encoberto pelo pânico que a circunstância desperta. A recuperação deve começar pelos mais vulneráveis. Não à toa o governo brasileiro colocou em prática um plano de auxílio emergencial que consumirá, só neste ano, mais de 100 bilhões de reais, valor muito mais alto do que o governo federal poderia ter como gasto discricionário.

O desafio é não transformar o auxílio em algo perene. Por outro lado, até a economia recuperar uma dinâmica razoável, alguma espécie de auxílio[21] será necessária, juntamente com o Bolsa Família, que já existia e beneficiava quase 10 milhões de famílias ao custo de 0,5% do PIB. Sem cuidar dos mais vulneráveis, toda a sociedade sofrerá com a brutal perda de renda dos setores informais, as consequências negativas no consumo e o aumento da criminalidade, pondo em risco a estabilidade política. Em *live* com a Arko Advice no início de maio, o empresário Abilio Diniz afirmava temer que a crise econômica resultante da Covid-19 venha a se transformar em grave crise política, com efeitos devastadores em toda a sociedade. Cuidar dos vulneráveis é aspecto central não apenas durante a crise, mas também no pós-crise

A segunda premissa envolve narrativas. A guerra não é apenas pela retomada econômica, é também pela retomada psicológica, e seu objetivo é passar confiança ao brasileiro de que sairemos desta situação. Havendo confiança, a aversão ao risco se reduz e a recuperação ganha tração. Sem confiança, o brasileiro não gastará. Tampouco investirá. Ao lado das medidas objetivas de estímulo, como retomada de obras, abertura de crédito e distribuição de renda, deve caminhar uma narrativa econômica consistente e confiável. A comunicação tem sido um grave problema na gestão de Jair Bolsonaro, que prefere adotar um discurso político que mantenha seu eleitorado mobilizado em torno de suas bandeiras. A existência da pandemia e a urgência de reabilitar a economia são, porém, questões bem mais complexas, que exigirão do governo federal a construção de uma meta voltada para todos, e não apenas para aliados e simpatizantes.

Esse ponto tangencia imensas dúvidas, já que há uma evidente inconsistência na forma como o governo, como um todo, se comunica com a nação. Prevalece perante a opinião pública uma sucessão de "minicrises" políticas que alimentam manchetes e polêmicas, enquanto encobrem o que estaria (ou não) sendo feito de concreto para combater a pandemia e suas consequências deletérias. O noticiário, muitas vezes, trabalha na linha do "*bad news are good news*" para buscar audiência. Mas, em tempos de guerra, é crucial comunicar o que está sendo feito, avanços e progressos obtidos na linha de frente. Independentemente

da simpatia ou não da imprensa, os poderes públicos devem se comunicar com clareza a partir de três princípios básicos: narrativa, iniciativas e capacidade de entrega.

A terceira premissa refere-se ao que considero a Era do Banco Imobiliário, com a necessidade premente de gastos gigantescos do Tesouro para evitar o colapso do país. Esse período, contudo, tem de ser curto e se pautar em limites claros. O Brasil não poderá explodir — ainda mais — a dívida pública, visto que quem paga a conta são os mais pobres sempre. Deve haver uma preocupação com o *day after* fiscal na saída da crise, a fim de equilibrar o custo do que é emergencial e o custo da nossa capacidade de honrar a dívida ao longo do tempo. Mesmo com o brasileiro confiando na capacidade de o governo honrar a sua dívida, devemos ter parcimônia, prudência, transparência e eficiência nos gastos e nas fórmulas de endividamento.

A pandemia impõe o abandono temporário da austeridade fiscal para reconquistá-la adiante. Assim, gastar é necessário. E gastar de forma correta é essencial. Mas é preciso estabelecer um limite, para que as gerações futuras não sejam penalizadas. O gastar bem deve ter, pelo menos, duas balizas: a pronta fiscalização corretiva feita pelos órgãos de controle e a transparência das decisões quanto aos gastos. A fiscalização corretiva deve exigir que as obras sigam as regras a que estão sujeitas e sejam finalizadas a tempo. O debate e a divulgação das prioridades se justificam tanto pelo caráter emergencial das decisões quanto pelo uso intenso de recursos públicos.

A quarta premissa é a de que, já que temos de gastar, devemos gastar com aquilo de que realmente precisamos para ter um país melhor. As prioridades são evidentes: saneamento, infraestrutura, urbanização, habitação, educação e segurança pública. Todos esses itens, em maior ou menos escala, são investimentos que: a) geram empregos; e b) são básicos para a população. Tomemos um exemplo. Em Brasília existe uma das maiores favelas da América Latina, a Sol Nascente. A maior parte das cerca de 100 000 pessoas que vivem ali não tem acesso a saneamento, calçamento e serviços básicos. Tudo isso a apenas 35 quilômetros do Palácio do Planalto e dentro do Distrito Federal, que possui uma das maiores rendas per capita do país. Mesmo com renda per capita elevada, em julho de 2019 o desemprego no DF abrangeu 18% da população economicamente ativa.

Brasília é um exemplo de lugar em que maciços investimentos em áreas carentes podem tanto empregar contingentes de desempregados quanto elevar a qualidade de vida da população. Tal qual a Sol Nascente, existem milhares de outras comunidades e favelas

país afora carentes de água, esgoto, iluminação pública, escolas, postos de saúde, hospitais e habitação digna. Investir nessas demandas estimularia positivamente a economia, reduziria desigualdades e elevaria a qualidade de vida dos brasileiros.

CRISTIANO MARIZ

Favela do Sol Nascente (DF)

A retomada da dinâmica econômica também passa, sem dúvida, por investimentos robustos em obras de infraestrutura, como já alertou o ex-secretário do Tesouro americano Henry Paulson[22]: "Está na hora de um Plano Marshall doméstico moderno que inclua investimentos maciços do governo e privados para reconstruir e criar a infraestrutura do futuro". O Brasil possui tecnologia de ponta em construções pesadas para promover programas habitacionais, de urbanização e de saneamento de grande envergadura, que têm o benefício estratégico de gerar empregos. O governo deve atuar objetivamente em dois fronts: oferecendo regras estáveis para os investimentos e financiamentos de longo prazo para o setor privado.

A quinta premissa é a de que, apesar do aumento exponencial do papel do Estado na economia em decorrência do crescimento do gasto público, todos os esforços devem envolver o setor privado, de modo que o ciclo de investimentos não crie dependência do setor público no pós-crise. O Brasil ainda é um Estado que interfere muito na economia, e de forma desnecessária. O funcionamento sadio do setor privado no país implica o aprofundamento do

ciclo de reformas iniciado em 2016 no governo Temer. Mas não só isso.

Dois aspectos negativos devem ser combatidos: a burocracia do sistema tributário, que obriga as empresas a consumir quase 2 000 horas por ano apenas para pagar impostos; e o elevado risco jurídico das relações entre setor privado e governo. Estudos do Banco Mundial[23] apontam o Brasil como a pior economia do mundo, entre as maiores, para fazer negócios. O Ministério da Economia deveria desburocratizar o sistema tributário antes mesmo do avanço da reforma específica em andamento no Congresso, reduzindo o número de horas gastas com o sistema, fundindo a cobrança de alguns tributos e contribuições e limitando a quantia absurda de regras editadas sem parar. Independentemente da carga nominal do sistema sobre o PIB — hoje em cerca de 33% —, o funcionamento dessa engrenagem deveria ser totalmente desburocratizado e transparente.

A sexta premissa é a de que a agenda de reformas deve prosseguir. Existem, além das reformas constitucionais tributária e administrativa, questões pendentes no Congresso cruciais para a retomada. Menciono três: a nova Lei do Saneamento, que visa a desobstruir investimentos importantes em todo o país; a nova Lei de Falências, que agiliza o processo de recuperação judicial das empresas; e a autonomia do Banco Central, que dará mais independência ao órgão para cuidar da nossa moeda, entre outras funções. Mas há outras pendências, como o novo Marco do Licenciamento Ambiental, a reforma da Lei de Licitações e a nova Lei do Gás. Todas essas matérias deveriam ser aprovadas pelo Parlamento o mais rapidamente possível.

O Brasil sempre teve um histórico complicado quanto à obtenção de financiamento para empresas, especialmente no caso das pequenas e médias. Os esforços do Banco Central nos últimos anos foram bastante positivos no sentido de ampliar a oferta de crédito. Mas, apesar dos avanços, a crise sistêmica que hoje se apresenta impõe atitudes mais agressivas por parte da instituição. Sem crédito, as empresas vão morrer e, com elas, milhões de empregos. As medidas anunciadas até maio — crédito para as micro e pequenas empresas, adiamento do pagamento de impostos e ações pontuais para salvar setores específicos — estão sendo consideradas insuficientes. Isso porque inúmeras empresas não conseguem obter o crédito, que termina empoçado no sistema financeiro. Sem receita, tampouco conseguem pagar impostos, sendo injustamente penalizadas por isso. Em meio a uma crise sistêmica, as iniciativas para irrigar de crédito o sistema produtivo devem ser aprofundadas.

Assim como deve ser facilitado, de forma generalizada, o pagamento de impostos[24].

Por fim, acrescento duas premissas: o fator humano e o meio ambiente. Investimentos que vierem a ser feitos também devem visar à educação do brasileiro, seja a partir da construção de escolas, seja incentivando o ensino a distância. Para tal, todo brasileiro em idade escolar precisa dispor de equipamento adequado e acesso à internet. E todas as nossas grandes bibliotecas têm de ser digitalizadas. A educação deve chegar a todos os lares pela internet, assim como a televisão chega à maioria das casas no país. A expansão do alcance da educação a distância, que hoje vive um momento propício, deve ser o caminho mais rápido para qualificar nossa gente.

Em 2018, o Brasil gastava cerca de 6% do PIB com educação. Nominalmente, trata-se de taxa acima da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em torno de 5,5% do PIB. No entanto, gastamos mal e de maneira desequilibrada. Qualificar o brasileiro é fundamental para uma retomada adequada da economia. Investimento em educação movimenta a economia. Estudo do *The Conversation*[25] de 2016 mostrava que o investimento de 1 dólar em educação resultava na produção de 21 dólares no PIB australiano. Em média, o impacto nas economias examinadas a partir de dados do Banco Mundial era de 1 dólar por 20 dólares! Investimento em educação também pode ser um atalho para o crescimento econômico.

No que se refere ao meio ambiente, creio que as oportunidades para o Brasil são óbvias. Professor da London School of Economics e do Collège de France, o economista britânico Nicholas Stern estimou em seu famoso "Relatório Stern", feito para o governo do Reino Unido em 2006, que a transformação do mundo em uma economia sustentável — e muito mais saudável — custaria relativamente pouco. Na mesma linha, o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) "Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication", de 2011, ainda que tenha sido bastante contestado, informava que o custo global para tornar a economia sustentável e "verde" seria de pouco mais de 2% do PIB mundial. Por outro lado, se não fizermos nada em relação ao meio ambiente, podemos, de acordo com Nicholas Stern, perder 5% do PIB global devido às mudanças climáticas.

Sem pretender entrar no mérito de quem tem razão acerca dos números relativos ao aquecimento global, existe a percepção de que uma economia sustentável pode gerar bem-estar social e ambiental. No caso do Brasil, a questão salta ainda mais à vista: temos

uma vocação espetacular para monetizar a preservação ambiental, gerar emprego e tanto fortalecer o meio ambiente quanto dinamizar uma economia sustentável. Seria um caminho natural para buscar progresso e desenvolvimento econômico e social.

***

No fim de abril, o governo federal anunciava o Pró-Brasil, programa com previsão de investimentos de 250 bilhões de reais em concessões e 30 bilhões de reais em obras públicas. A União previa desembolsos de mais de 600 bilhões de reais para combater os efeitos econômicos da pandemia. No entanto, as expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil eram horríveis: uma retração de cerca de 5% do PIB, o que representaria o pior resultado de nossa história recente. Considerando o tamanho do problema, pode soar modesta uma previsão de investimentos em infraestrutura de 280 bilhões de reais.

Não sabemos os detalhes do programa que será elaborado nos próximos meses, mas temo que se concentrem em obras de grande porte, deixando de lado o saneamento e a urbanização das incontáveis favelas e comunidades Brasil afora. Antes de o país se comprometer com novas obras de infraestrutura, os poderes públicos deveriam cuidar das mais de 14 000 obras paralisadas que utilizaram recursos públicos. Os dados são do Tribunal de Contas da União (TCU). A paralisia dessas obras causou o desemprego, entre 2013 e 2019, de quase 400 000 empregados diretos. Retomar tais obras seria o caminho natural e óbvio.

A pandemia e suas sequelas econômicas vão nos impelir para o debate sobre soluções criativas que podem ser ou parecer utópicas. No meio ambiente, a reciclagem de latas de alumínio no Brasil é uma das maiores do mundo. Em 2015, quase 97% das latas já eram recicladas. A consequência é a geração de renda, economia de energia e insumos para a produção de novas latas. É uma utopia que se transformou em progresso pelo pragmatismo do setor. E, também, pelo fato de as latas usadas gerarem renda em país pobre. Soluções como a reciclagem de latas podem ser empregadas com outros produtos. O mundo de hoje é uma construção utópica que se transformou em realidade.

Temos de considerar a imperiosa necessidade — em tempos de home office e de ensino a distância — de integrar o Brasil a sistemas eficientes de internet. Além de buscarmos o sistema 5G de telefonia, devemos poder oferecer ao cidadão um excelente 4G em todo o

país. E que todos os alunos das redes públicas, de alguma maneira, possam estar equipados e conectados. Levantamento divulgado pela CNN Brasil em maio de 2020 evidenciava que 42% dos inscritos nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não têm computador em casa. No Nordeste, o porcentual chegava a 70%! Fica claro que temos um amplo campo para investimentos na conexão dos brasileiros à internet.

Meus exemplos de reciclagem e interconectividade são mostras que podem ser ou não consideradas. No entanto, o que importa, essencialmente, é que o caminho da retomada vai exigir prudência e criatividade. O economista e empresário Jorge Paulo Lemann diz que a crise da pandemia, que será longa, deve ser enfrentada com calma, adaptação e inovação. A crise poderá, de forma paradoxal, servir para construir um país melhor.

LAURENT GIRAUDOU

A Reinvenção da Política

"O progresso é a realização das utopias."
Oscar Wilde

A política que está posta não nos atende. E não é de hoje. A redemocratização nos trouxe avanços, mas também aprofundou defeitos e distorções. Temos vivido, desde 1986, o mais longo período de democracia no país. O problema é que as virtudes de nosso sistema conquistadas no passado podem ser destruídas tanto pelas pesadas heranças que ainda carregamos na política, na economia e na sociedade quanto pelos efeitos devastadores da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Podemos considerar que 2020 é o **Ano Zero** para a reinvenção da política. E que a economia, como disse a futurista britânica Hazel Henderson, "é política disfarçada". Portanto, a reinvenção da política atinge, necessariamente, a economia e a sociedade.

Em capítulo específico, tratei dos fundamentos e das premissas que considero adequadas para a retomada da economia. Neste capítulo, tratarei das premissas que considero condições para a reinvenção da política. Como a política instrui a economia, tais premissas servem de fundamentos para as decisões políticas de natureza econômica. Parto de duas dimensões: a dimensão das certezas, aquilo que considero dogmático, como preliminares para examinar

as premissas; e a dimensão das premissas em si mesmas. As premissas que apresentarei aqui são reflexões descritas a partir de palavras-chave que, em seu conjunto, formulam uma visão de como poderemos reinventar a política. As certezas têm aspecto quase metodológico para a observação do desafio de reinventar a política.

Apresento seis certezas preliminares. A primeira é a de que não devemos aceitar as coisas como elas são. Na vida, a insatisfação é um dos mais poderosos motivadores para as transformações. Steve Jobs, Bill Gates, Jeff Bezos e tantos outros eram inconformados e transformaram o mundo a partir de sua insatisfação com o estado de coisas. Adam Grant, professor na Wharton School e autor do best-seller *Originais*[26] , afirma que "as pessoas originais são aquelas que tomam a iniciativa de transformar sua visão em realidade. A vontade de vencer é responsável por muitas das maiores conquistas do mundo. Quando estamos determinados a atingir a excelência, temos o combustível para nos esforçarmos mais, por mais tempo e de forma mais inteligente". Para querer vencer, temos de, sobretudo, querer transformar, sair de uma situação e construir outra. Os avanços do mundo foram obtidos a partir do não conformismo.

A segunda certeza é a de que não conseguiremos resolver todos os problemas que se apresentam. Primeiro, pelo fato de que não temos tempo, devido às urgências. Segundo, porque não temos capacidade política, psicológica e econômica para resolver o volume de questões que o Brasil carrega em sua mochila histórica, agora acrescida dos desafios decorrentes da pandemia. Com a convicção de que não resolveremos todos os problemas, devemos simplesmente eleger o que é prioritário a partir de três dogmas: salvar os doentes e auxiliar os mais necessitados; salvar os empregos e as empresas; construir um país mais justo.

A terceira certeza é a de que pequenos atos são muito importantes. Muitos desanimam diante da complexidade dos desafios; mas, para chegar a algum lugar, é preciso dar o primeiro passo. E, depois, dar outros, sucessivamente. René Descartes[27] propõe, como regra de análise, dividir o problema no maior número possível de partes para poder resolvê-lo. Popularmente, dizemos isso quando usamos a expressão "comer o boi aos bifes". Daí a importância dos pequenos atos. Muitos deles poderão resolver diversos pequenos problemas, nos levando para mais perto da solução final, ainda que jamais consigamos dar conta de todos os problemas. Poderemos, no entanto, ficar melhor do que antes. No fundo, a missão de todos os passageiros do planeta Terra é lutar por um mundo melhor para os que estão vindo.

René Descartes

A quarta certeza está no fato de que em todos os desafios que a vida nos impõe a atitude mais nociva é não fazer nada. Quando enfrentamos desafios de vida ou morte, como a pandemia, o nada fazer é o atalho para o fim. Pois, como explica La Fontaine[28]: "A pessoa encontra seu destino na estrada que tomou para evitá-lo". Assim, não há como fugir do confronto com a crise e as suas consequências. E, uma vez que a luta é inevitável, façamos o melhor possível. A quinta certeza é a de que devemos ter em mente um objetivo claro. Não se chega a lugar nenhum sem saber aonde se quer chegar. Vencida a etapa das certezas que teriam um propósito metodológico, passamos para as premissas que pretendem iluminar o caminho da reflexão na busca por propostas claras que visem à reinvenção da política.

Não há saída democrática fora das **instituições**. Sem instituições não poderíamos sair às ruas e viveríamos na barbárie. E se as instituições não são suficientemente democráticas, perguntaria alguém? Devemos buscar saída pela democracia e lutar pelo aperfeiçoamento das instituições. Como fazer isso? Usando a **Constituição** como baliza das relações políticas na sociedade. Tudo está previsto lá e, caso não esteja, o Judiciário poderá arbitrar. A **judicialização** da política, tema que já abordei, prosseguirá como um caminho para resolver pendências e disputas quando os consensos forem impraticáveis em um Congresso

fragmentado ou quando os poderes extrapolarem suas atribuições.

Um efeito colateral das grandes crises é o renascimento das **utopias.** Não se trata de uma questão simples, já que estas estão invariavelmente associadas a delírios e a causas impossíveis. Porém, todos os grandes progressos da humanidade decorreram de utopias. Sem o delírio das utopias continuaríamos nas cavernas. No momento em que os paradigmas são quebrados, é hora de lutar pela utopia de que podemos nos transformar em uma sociedade melhor e mais justa. Para tal, devemos manter as linhas de evolução verificadas no campo das reformas econômicas, do combate à corrupção e da participação da sociedade no debate político.

SIMONE PADOVANI/AWAKENING/GETTY IMAGES

Rutger Bregman

Uma utopia realizável, por exemplo, é a erradicação da pobreza. De acordo com estudos da Harvard citados por Rutger Bregman, no seu livro *Utopia for Realists*[29], custaria em torno de 1% do PIB americano acabar com a pobreza dos Estados Unidos. Bem menos do que foi gasto, por exemplo, nas guerras mantidas pelos americanos no Iraque e no Afeganistão. Outra utopia realizável, citada com mais detalhes no capítulo sobre economia, reside na economia sustentável, opção que parece óbvia para o nosso país, com imensa vocação para monetizar a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

Devemos alimentar a utopia de uma política melhor? Claro que sim. A Lei da Ficha Limpa[30], aprovada em 2010, foi uma utopia que virou realidade e baniu milhares de corruptos e meliantes da política brasileira. A Operação Lava-Jato, ainda que tenha recorrido a exageros e praticado desvios, foi uma utopia que renovou parcialmente a política e profundamente os costumes e as regras eleitorais. A utopia pode se realizar, e, como se viu, o homem pisou na Lua.

A utopia deve se desdobrar em ações práticas, que têm de se pautar por marcos orientadores. Podemos fazer uma política mais consequente e afinada com os interesses da cidadania? Claro que sim. O caminho já está dado: a **participação** mais ampla e intensa da sociedade na política elevará a qualidade e a legitimidade do debate e das decisões. A participação nos remete ao que disse Platão: não há nada de errado com aqueles que não gostam de **política**, simplesmente serão governados por aqueles que gostam. Não participar também é uma atitude política e deve ser respeitada. Mas não participar significa abandonar o debate e perder a legitimidade para criticar.

A participação tem se mostrado um vetor fundamental de aperfeiçoamento da política. Sem movimentos por parte da sociedade, não teríamos a já mencionada Lei da Ficha Limpa e a Lei Anticorrupção[31] (2013), bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal de banir o financiamento empresarial nas campanhas eleitorais, resultado de ação de inconstitucionalidade de entidades por iniciativa da sociedade civil.

Essa participação, porém, não deve visar apenas e unicamente ao confronto político que é alimentado, no Brasil de hoje, por radicais de esquerda e de direita, e sim buscar a **cooperação** entre os diferentes. O tamanho da crise e de seus desafios exige que adversários políticos dialoguem e cooperem a fim de encontrar soluções. O exemplo de cooperação deve ser dado pelos chefes dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — a partir de um **pacto nacional**, com a participação, evidentemente, de governadores, empresários, trabalhadores e sociedade civil.

Sem um entendimento em nível nacional, os efeitos perversos da pandemia vão nos afligir por muitos anos. Basta recordar que, até 2019, vivíamos na pele as consequências da trágica política econômica da presidente Dilma Rousseff, que sofreu impeachment em 2016. O que vem por aí, em termos econômicos e sociais, pode ser pior do que a recessão da era Dilma. A construção do entendimento nacional e da reinvenção da política se dará

com respeito às instituições. As transformações nas políticas e nas instituições exigirão **diálogo**. Sem diálogo entre os chefes dos poderes e entre os segmentos mais representativos da sociedade prosseguiremos em uma jornada errática, acumulando distorções em nosso já distorcido sistema.

Ao concluir este texto, o diálogo na política era limitado e errático. Predominavam as agendas pessoais de alguns dos nossos líderes. Tudo em meio a um grave conflito institucional envolvendo os limites e as competências dos poderes. Porém, os poderes públicos — de forma isolada — não têm como enfrentar adequadamente a crise pandêmica e suas consequências sem a participação da sociedade. E, sem esta, o caminho da retomada será mais longo e mais doloroso.

Para haver um diálogo produtivo para as transformações de que necessitamos, devemos trocar a polarização por maior **tolerância** com quem pensa diferente de nós. A rapidez da saída da crise depende do diálogo que permita escoimar o que é essencial do que não é. E o que é consenso do que não é. A Espanha, como lembrou o ex-presidente Michel Temer (em 15 de maio) em entrevista à CNN Brasil, promoveu o Pacto de Moncloa[32], quando adversários históricos se uniram para assegurar a vigência da democracia em um país que saía do regime franquista. Em nome do interesse comum, adversários abandonaram suas convicções em favor de um amplo entendimento. A existência de um pacto pressupõe diálogo, tolerância e civismo.

O civismo no Brasil foi desgastado durante décadas por ficar associado ao autoritarismo de Getúlio Vargas e do regime militar. O ensino de moral e cívica e depois de organização social e política do Brasil nas escolas era entendido como destinado a doutrinar os estudantes em favor do regime vigente. Mas o civismo transcende a política e o regime de plantão, remetendo-nos ao respeito aos outros e aos seus direitos. O **civismo** propõe a resolução de nossos problemas pelo diálogo, pelo respeito às instituições e às leis. Por isso deve ser valorizado. Não como uma expressão de autoritarismo, mas como um engajamento do indivíduo na busca por desenvolver em si mesmo o respeito aos outros e às instituições.

Uma realidade melhor para todos os brasileiros depende de **reformas** em um sentido amplo. Precisamos de um novo sistema tributário, assim como de uma máquina pública voltada para os interesses da cidadania. Devemos ter uma Previdência Social sustentável e investir mais em saúde pública. As reformas que interessam não são apenas as que já estão

na pauta do Congresso. Devemos também ter uma agenda que simplifique a vida do cidadão, reduza o custo da legalidade tributária, dê segurança jurídica a investimentos. Ou seja, tudo aquilo que sempre é anunciado como meta, mas que avança de modo lento e desordenado.

Vivemos uma crise de **liderança**. Apesar da legitimidade dos líderes dos poderes da União, eles não se mostram, de modo geral, à altura do momento pelo qual passamos. Sem particularizar um ou outro, destaco apenas que o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, tem buscado promover o diálogo entre os poderes e entre as esferas da federação. Mas a demanda da sociedade por comando e liderança implica um engajamento maior e mais efetivo. Basicamente, para buscar uma pauta comum de enfrentamento da pandemia.

A equipe econômica, que deveria construir uma narrativa forte, de confiança na retomada, e revelar o que está sendo feito, por meio de uma estratégia de comunicação, não apresenta a liderança que se espera. E, na época em que eu terminava este texto, sustentava-se mais no medo do que a sua eventual substituição causaria ao mercado do que na confiança nas próprias qualidades para liderar o país na crise. Adiante, quando o impacto da novidade da pandemia se dissipar e o caminho da retomada se revelar longo e penoso, a necessidade de liderança será mais vital ainda.

Na II Guerra Mundial, um governo de salvação nacional assumiu o comando do Reino Unido tendo Winston Churchill como primeiro-ministro e todos os partidos representados no gabinete. Não temos maturidade política para isso, como ficou evidenciado no início da crise. Porém, conforme os efeitos trágicos na economia se aprofundem e surja, por exemplo, o desafio de vacinar milhões e milhões de brasileiros contra a Covid-19, liderança, narrativas, organização e união nacional serão mais do que essenciais.

A **empatia** tem sido apontada como uma das premissas para a saída da crise. A psicóloga e professora Renata Mafra (*Estado de Minas*, 26/4/2020) afirmou que "a sociedade mundial foi convocada, forçosamente, a enxergar o entorno". E a questão será ainda mais importante na reabertura das atividades econômicas, quando as pessoas voltarem a conviver mais próximas umas das outras. Passando da questão pessoal para o campo político, a tomada de decisões deverá ter na empatia um eixo central.

Certa vez, em outro texto, eu disse que "a reinvenção da política, se isso é possível, passa por doses elevadas de verdadeira empatia. Não aquela em que o outro se apropria

de soluções para salvar os demais e entope a sociedade com promessas. Mas, sim, no sentido de se colocar no lugar do outro, aceitar as diferenças e tentar olhar o mundo pela lente do outro. E, a partir daí, exercer a construção de consensos possíveis em nome do interesse comum. O objetivo final da política é o bem comum. E, sem empatia, tal possibilidade se torna remota".

HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Winston Churchill em conferência com as forças aliadas (1943)

Entretanto, não é fácil. O exercício consequente da empatia pede de nossos líderes qualidades que, aparentemente, ainda não afloraram. Como disse o médico e psicoterapeuta Flávio Gikovate: "Uma das operações psíquicas mais sofisticadas que aprendemos é tentar sair de nós mesmos para imaginar como se sentem as outras pessoas". A saída da crise demandará empatia para melhor entender o próximo e construir saídas que sejam abrangentes em seu alcance e viáveis em sua implementação. O que nos traz outra premissa: a **disciplina**. O publicitário Nizan Guanaes, em uma *live* promovida pela Arko Advice em abril de 2020, afirmou que, em meio ao isolamento social e à quarentena, mantinha uma disciplina diária que incluía vestir-se como se fosse para o escritório e ter à mão um roteiro das atividades que desenvolveria ao longo do dia.

Por fim, uma premissa de caráter geral: a **reforma política**, obviamente, deve ser perseguida. Tanto pela via legislativa quanto pela judicial, caso o Congresso continue avançando lentamente nessa pauta. A reforma política vem ocorrendo há anos, mas não impediu uma vergonhosa fragmentação partidária, uma brutal corrupção com motivações econômicas e políticas. Sem uma melhor organização política, patinharemos na adoção das medidas transformadoras. Não podemos esperar décadas para decidir um sistema tributário ou para aprovar uma lei de saneamento em razão dos motivos paroquiais de cada político estadual.

Encerrar um livro propondo a obviedade de uma reforma política pode parecer uma visão inocente. No entanto, pelo menos desde 2020 estão correndo avanços relevantes nos marcos partidário e eleitoral do país. Fruto de eventos e mobilizações da sociedade. O Brasil de 2020 é, institucional e politicamente, melhor que o de 2010. Avançamos em temas relevantes, como o financiamento de campanhas, a definição de um teto de gastos, a Lei da Ficha Limpa, entre outros. A pandemia certamente nos obrigará a avançar mais no tema, essencial para a (re)construção da obra inacabada que é a nossa nação.

DEAGOSTINI/GETTY IMAGES

Ano Zero

"Imaginar é ausentar-se, é lançar-se a uma nova vida."
Gaston Bachelard

Em janeiro de 2020, não sei por que cargas-d'água, pensei em escrever um conto em que um país, por decisão de sua população, resolve se desligar do mundo. Começa proibindo voos internacionais, depois os voos nacionais e, em seguida, desliga a internet e a telefonia celular. Assim, de forma gradual, seus habitantes vão se isolando totalmente dos outros países, sobrevivendo dos próprios recursos e se comunicando apenas entre si.

Poucas semanas depois do meu delírio literário, o mundo começou a se desligar, deixando a realidade mais interessante e trágica do que a ficção. O avanço do novo coronavírus pelos países nos tornou duplamente prisioneiros: de nós mesmos e do isolamento social. Para os que vivem bem sozinhos, o problema reside apenas na limitação do convívio social e dos trajetos disponíveis. Para os que vivem mal com eles mesmos, trata-se de um drama em dose dupla, pois não há para onde fugir.

A expectativa do fim da pandemia nos anima. Para muitos, as coisas voltarão ao normal e poderemos sair de casa para assistir, como disse um amigo, a um show do

Metallica. Provavelmente, sim. Depois da criação de uma vacina e da vacinação em massa, os megaeventos voltarão ao calendário. Mas as pessoas não serão as mesmas. No caso brasileiro, a crise pós-pandemia poderá aumentar nossas desigualdades. Os mais ricos, como sempre, encontrarão um jeito de se adaptar porque o luxo vai até eles. Por outro lado, os mais pobres dependerão da caridade, da assistência social e dos serviços públicos. O passado nos ensina tais lições, e elas são cruéis — em especial se continuarmos a pensar dentro da caixa. Ainda que o mundo de hoje seja melhor do que o mundo de ontem, teremos de pensar fora da caixa para evitar retrocessos.

A adoção do trabalho remoto, já anunciada por grandes empresas, vai gerar dramáticas repercussões sociais, econômicas, familiares e psicológicas. Se você pode trabalhar fisicamente longe de seu local de trabalho, você pode morar onde quiser, desde que tenha acesso à internet. Aquelas viagens agendadas para a realização de uma única reunião presencial decerto deixarão de existir. O convívio será mais seleto: apenas com familiares e amigos mais chegados. Os relacionamentos poderão, assim como as relações de trabalho, ser deslocados do espaço geográfico e das vizinhanças.

Viajaremos menos e precisaremos de menos escritórios. Os talentos estarão remotamente à disposição e fora do alcance das leis trabalhistas nacionais. Pagamentos em criptomoeda podem ganhar força à medida que o talento se torne mais "desregionalizado". Para os conectados, o mundo poderá funcionar bem. Para os demais, as dificuldades poderão ser maiores. Mesmo com o fim da pandemia e a vacinação generalizada, os efeitos nas relações de trabalho serão duradouros, afetando profundamente as relações pessoais. Será o mundo do pós-pandemia um mundo que proporá uma outra hipermodernidade?[33] O mundo pós-pandemia poderá viver a obsessão do distanciamento físico e a hipervalorização das relações virtuais e, paradoxalmente, uma necessidade de viver mais próximo, em família e nas vizinhanças. O distante e o perto serão determinados pelo seguro. O medo da contaminação estará presente por um bom tempo. E, ao mesmo tempo, estudar e trabalhar a distância poderá ser — ou ser considerado — tão eficiente quanto presencialmente.

Como traço da hipermodernidade proposta por Gilles Lipovetsky, "o tempo é cada vez mas vivido como preocupação maior". As agendas serão mais intensas e o tempo acelerado para os conectados em um ambiente que poderá misturar trabalho e família ao mesmo tempo. Resultando na necessidade de melhor organização da vida individual. Em plena pandemia,

assisti — em videoconferências — a executivos tendo de abandonar a reunião para trocar fraldas de filhos ou terminar de tirar os pratos da mesa de jantar. Ou, ainda, reuniões virtuais de negócios, com o choro de bebês como trilha sonora. Pelo menos nas grandes empresas tais situações serão recorrentes de ora em diante.

O filósofo francês Luc Ferry, em seu livro *Diante da Crise* (2010), que propunha reflexões diversas sobre a crise financeira de 2008, diz que a prática do casamento por amor, que ganhou corpo no século XIX, foi possível devido ao surgimento de novas relações de trabalho, permitindo independência financeira aos indivíduos. E essa independência, tanto para homens quanto para mulheres, libertou as pessoas dos casamentos impostos. Que impactos o trabalho e o estudo remotos terão sobre as relações humanas pelo fato de as pessoas frequentarem menos ambientes públicos e circularem menos nas ruas? Haverá aumento de violência doméstica e de surtos psicóticos? Perda na qualidade da educação das crianças?

A economia informal, que depende bastante da circulação de gente pelas cidades, terá de se reinventar? E, enquanto não se reinventar, a criminalidade poderá aumentar muito por causa do elevado desemprego? E setores formais que envolvem agrupamentos humanos, como empresas aéreas e de locação de carros, hotéis, restaurantes, cinemas, teatros, como vão se reinventar? São indagações básicas e ao mesmo tempo complexas diante das mudanças que podem vir por aí.

Luc Ferry defendeu a ideia de que a crise de 2008 era mais do que financeira: era também econômica. A Covid-19 reúne quatro crises em uma megacrise: financeira, econômica, social e sanitária. Assim, o que poderia ser prosaicamente resolvido com distribuição de dinheiro hoje exige respostas que vão além das meramente estruturantes, dadas as circunstâncias inéditas desta pandemia. Precisamos ter imaginação no sentido do que nos ensina Gaston Bachelard[34] como a faculdade de deformar as imagens fornecidas pela percepção, sendo "sobretudo a faculdade de libertar-nos das imagens primeiras, de mudar as imagens. Se não há mudança de imagens, não há imaginação, não há ação imaginante".

No Brasil, o fenômeno da megacrise ainda está sendo temperado por uma crise adicional: a política, que teima em disputar espaço e atenção com a propagação do vírus. E a questão fica mais grave também porque carregamos uma pesada mochila de problemas não resolvidos nos séculos passados. Sem contar as circunstâncias negativas que já existiam no imediatamente anterior à pandemia. Por isso o que vimos até agora — quando concluo este

livro — foi tão somente um estado de negação. Há uma preocupação com a economia, mas não com a combinação dos efeitos de todas essas crises combinadas, que é o que vem por aí. O que impõe uma tomada de posição.

Traçar prognósticos é sempre uma tarefa de risco. Mas viver é correr riscos. E os riscos que corremos com a pandemia são muito maiores do que os de fazer análises prospectivas sobre a política e a economia a partir de um confortável, mas angustiante, isolamento social. O que fiz neste texto, após tecer um breve relato das circunstâncias existentes antes da pandemia, foi explorar algumas das potenciais consequências da crise e propor reflexões sobre como sair dela melhor do que éramos. Em oposição a uma visão economicista da política, propus uma visão da política para a economia. O que pode, para os mais ortodoxos, parecer um pecado. Ao analisar, no entanto, o modo como a humanidade saiu de crises marcantes como o *Crash* de 1929, a II Guerra Mundial e a crise de Wall Street em 2008, é possível perceber que as premissas, ainda que visando a repercussões econômicas, foram tomadas a partir de bases políticas. Pelo simples fato de que fora da política não há salvação.

De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro.

FERNANDO SABINO,

O Encontro Marcado. Rio de Janeiro: Record. 68ª ed.

Notas

1 No dia 3 de maio, Jair Bolsonaro novamente apareceu na rampa do Palácio do Planalto para cumprimentar manifestantes que pediam o fechamento do STF e do Congresso Nacional, causando mais desconforto.
2 Política Brasileira, Brasília, Arko Advice, 28 de abril de 2020.
3 *O Globo*, 12 de abril de 2020.
4 The Coming Greater Depression of the 2020s, April, 28th, 2020, Project Syndicate.
5 *Forbes Magazine,* April, 8th, 2020.
6 "Covid-19 pega bancões mais expostos a crédito vulnerável à crise", Exame.com.br, 6/4/2020. Ver: <https://exame.com/negocios/covid-19-pega-bancoes-mais-expostos-a-credito-vulneravel-a-crise>. Acesso em: abr. 2020
7 *Antifrágil: Coisas que se beneficiam com o caos.* Rio de Janeiro: Best Business, 2014.
8 Alegando interferência do presidente Jair Bolsonaro em seu trabalho, o ex-juiz Sergio Moro renunciou ao cargo de ministro da Justiça. Sua renúncia deflagrou uma crise política e investigações preliminares no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
9 No fim de abril existiam 31 pedidos de abertura de processo de impeachment aguardando a apreciação do presidente da Câmara dos Deputados.
10 Para saber mais: <https://hbr.org/2017/07/globalization-in-the-age-of-trump>. Acesso em: mar. 2020.
11 "How the World Will Look After the Coronavirus Pandemic", *Foreign Policy*, 20 de março de 2020. Ver: <foreignpolicy.com>. Acesso em: mar. 2020.
12 "Does Covid-19 Chance International Relations?", Ethics and International Affairs, March, 2020. Ver: <https://www.ethicsandinternationalaffairs.org/2020/does-covid-19-change-international-relations>. Acesso em: mar. 2020.
13 Pesquisa da MindMiners realizada entre 22 e 27 de agosto de 2019 com 1 000 entrevistados de todas as classes sociais e regiões do Brasil.
14 Ver: <https://www.theguardian.com/world/2020/may/05/trust-in-scientists-grows-as-fake-coronavirus-news-rises-uk-poll-finds>. Acesso em: mai. 2020.
15 *A Crise de 1929.* Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.
16 O professor de direito Marcus Faro de Castro e o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso nos dão informações importantes sobre o tema. Para Faro de Castro, "a judicialização da política corresponde a um fenômeno observado em diversas sociedades contemporâneas", que apresenta dois componentes: o ativismo judicial, entendido como a disposição de expandir o escopo das questões, tangenciando atribuições do Legislativo e do Executivo; e o interesse de autoridades administrativas em adotar procedimentos semelhantes aos processos judiciais. Luís Roberto Barroso, o maior especialista no tema no país, explica: "judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo".
17 Para saber mais sobre desbancarização: <https://blog.genialinvestimentos.com.br/desbancarizar>. Acesso em: mai. 2020.
18 São investimentos não especulativos em empresas, concessões e privatizações. Em 2019, de acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o investimento estrangeiro direto (IED) aumentou cerca de 20% no Brasil.
19 Apenas o Programa de Parcerias de Investimento do governo federal tem 134

projetos de concessões e privatizações na prateleira para ser ofertados em diversas áreas: infraestrutura, defesa e segurança, comunicação e tecnologia, energia, mineração, saúde, desenvolvimento regional e meio ambiente.

20 *Os Ensaios*. São Paulo: Penguin, 2010.

21 Diante das pressões para prorrogar o "coronavoucher", o governo formulava — no fim de maio — uma espécie de seguro-desemprego para autônomos.

22 Em artigo publicado no *Washington Post* em 10 de abril de 2020.

23 Ver: <https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/b/brazil/BRA.pdf>. Acesso em: mai. 2020.

24 Até o início de maio de 2020, o governo havia prorrogado o pagamento de 9,6 bilhões de reais em impostos de pessoas físicas e jurídicas. Muito pouco perto da arrecadação total — cerca de 1,5 trilhão de reais — realizada em 2019.

25 Fabrizio Carmignani, junho de 2016. Ver: <https://theconversation.com/does-government-spending-on-education-promote-economic-growth-60229>. Acesso em: mai. 2020.

26 *Originais — Como os inconformistas mudam o mundo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

27 Em *O Discurso do Método*, publicado originalmente em 1637.

28 Poeta francês nascido em 1621, considerado o pai da fábula moderna.

29 London: Bloomsbury, 2017. Editado no Brasil pela Sextante: *Utopia para Realistas — Como Construir um Mundo Melhor*.

30 Aprovada em 2010, proíbe a candidatura de políticos que tenham sido condenados por órgãos colegiados de segunda instância do Poder Judiciário.

31 Aprovada na esteira dos protestos de junho de 2013, a lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e foi essência para os desdobramentos da Operação Lava-Jato.

32 Liderado por Adolfo Suárez, o Pacto de Moncloa foi firmado na Espanha em 1977, destinado a assegurar, com o apoio da oposição, a transição do regime franquista para a democracia e o combate ao surto inflacionário que assolava o país.

33 Hipermodernidade é o termo criado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky para explicar o momento atual da humanidade (definido por ele, em entrevista concedida a Carla Ganito.) Comunicação & Cultura, Lisboa, 9, p. 155, 2010, como "um modelo teórico pensado para compreender o mundo contemporâneo principalmente por uma relação entre três lógicas fundamentais: o mercado, a tecnociência e a cultura individualista democrática."

34 *O Ar e os Sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.